

Sem se negar a si própria

A O. U. A. NÃO PODE TOLERAR COMPROMISSOS COM O COLONIALISMO

-Presidente Samora Machel, na Cimeira de Freetown, ao condenar a invasão por Marrocos do Sahara Ocidental

O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, pronunciou, na última quarta-feira um importante discurso na Cimeira de Chefes de Estado e Governo da OUA, em Freetown o qual mereceu vivos aplausos dos participantes. Neste discurso, que publicamos na íntegra o Presidente Samora Machel abordou a questão sahariana, transformando-a no ponto principal da Cimeira, que iniciara os seus trabalhos sem ter essa questão inscrita na agenda.

Sua Excelência
Siaka Stevens
Presidente em exercício da OUA
Senhores Chefes de Estado e de Governo
Senhor Secretário-Geral da OUA

Excelências

Permitam-nos em primeiro lugar, dirigir a Vossas Excelências e por vosso intermédio aos vossos povos as saudações calorosas e fraternais do Povo moçambicano e do Governo da República Popular de Moçambique.

Permitam-nos igualmente saudar Sua Excelência o Presidente Siaka Stevens pela sua êxica para dirigir aos trabalhos da nossa organização durante o próximo ano. Através do Presidente Siaka Stevens saudamos o calor, a fraternidade e a solidariedade com que o Povo da Serra Leoa nos acolheu. A alegria que vimos expressa nos habitantes de Freetown, que ao longo das ruas nos saudavam, é o mais vivo testemunho da espontaneidade da recepção que nos foi acordada. O povo deste país recebe a nossa Cimeira com entusiasmo, mas com a profunda consciência de um povo que já aprendeu a viver livre.

Agradecemos os esforços dispendidos pelo Povo da Serra Leoa e pelo seu Governo na organização desta Cimeira. Foram criadas condições para que os nossos trabalhos decorrem com todo o sucesso, respondendo às aspirações e direitos legítimos de todos os povos do nosso continente.

E com grande orgulho, emoção e alegria que saudamos a presença, numa reunião ordinária de

Chefes de Estado e de Governo da OUA, pela primeira vez como Estado soberano e independente, da República do Zimbabwe. A sua presença entre nós significa a vitória da luta armada de libertação nacional do Povo zimbabweano.

Significa o triunfo dos ideais da OUA. Significa o triunfo dos ideais de independência, liberdade e paz de toda a humanidade.

A presença em Serra Leoa da República do Zimbabwe, livre e independente significa o triunfo do princípio da igualdade entre os homens de todas as raças, homens de todos os continentes. A presença desta delegação materializa a função suprema da luta armada de libertação: a luta não libertou uma raça, libertou todos os homens do Zimbabwe.

Oprimidos e opressores de ontem, libertados pela luta armada, emergem juntos como homens livres e iguais, como zimbabweanos.

Acabámos de ouvir o relatório do Secretário-Geral da OUA, que nos deu uma imagem clara dos sucessos e das dificuldades da nossa organização.

Ouvimos com atenção sobre os trabalhos que já iniciámos e que importa completar ou melhorar.

Queremos congratulá-lo pela apresentação do relatório.

Mas aproveitamos esta Cimeira para destacar o interesse que o Sr. Secretário-Geral dedicou à causa da luta de libertação da África Austral. Fazemos votos para que continue a aplicar os mesmos esforços para que as outras partes da África ainda dominadas, ganhem o mais cedo possível a sua liberdade e soberania.

Dos pontos ainda levantados, apenas alguns serão abordados por nós.

Excelências

A nossa tarefa principal, a tarefa principal da nossa Organização continua a ser a libertação total de África das garras do colonialismo.

Neste combate, alcançámos sucessos que fernam próxima a vitória total. As fronteiras da liberdade e da independência abraçam já quase completamente o nosso continente.

Contudo, subsistem ainda algumas regiões da África submetidas à dominação colonial e à opressão racista. Por isso, a nossa luta continua. Temos de redobrar o nosso engajamento na tarefa da libertação total do nosso continente. Temos de nos manter fiéis aos princípios da nossa Organização, aos ideais de liberdade e independência.

Foi a fidelidade aos nossos ideais, a coerência com os nossos princípios, que nos levou aos grandes sucessos e vitórias registadas na década que terminou.

Assim, a grande família da OUA acolheu no seu seio, durante a década de 70, como Estados independentes e soberanos, a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Djibouti, Comores e Seychelles.

Parabéns Africal

Hoje acolhemos o Zimbabwe.

No momento em que travamos os últimos combates pela total libertação de África, devemos reflectir sobre a experiência que ganhámos até aqui, sobre as razões que nos levaram sempre à vitória.

Nós soubémos preservar a nossa unidade, unidade assente nos princípios da nossa Organização. Soubémos fazer dela instrumento da libertação dos nossos povos.

Soubémos definir correctamente a tarefa principal: a libertação de África.

Soubémos consentir sacrifícios.

Soubémos definir correctamente o inimigo principal, em cada fase da luta.

Apesar das divergências que por vezes surgiram no nosso seio, apesar de entre nós terem surgido hesitações e compromissos soubémos manter-nos fiéis aos nossos princípios e continuar a nossa luta.

Senhor Presidente,

No dia 18 de Abril deste ano, a África celebrou a data histórica da independência do Zimbabwe, um dos momentos mais altos da vida do nosso continente. Independência duramente conquistada pelo Povo zimbabweano, dirigido pela Frente Patriótica. Independência conquistada pela luta armada popular. Independência conquistada pela luta contra

o regime ilegal e racista e contra os traidores servis, os lacaios do imperialismo que subscreveram o chamado Acordo Interno. Independência que foi também fruto da solidariedade internacional e do apoio militante à luta do Povo zimbabweano.

Com a independência, Smith foi lançado no caixote de lixo da História. Muzorewa, que durante um ano carregou a pasta de Smith, é hoje um criado desempregado. A sua sentença foi ditada pelo Povo do Zimbabwe.

Queremos aqui saudar o Povo zimbabweano, cuja maturidade política e correcto conhecimento do inimigo permitiram separar o trigo do joio. Esta maturidade constituiu surpresa apenas para aqueles que nunca acreditaram no povo.

Ao nível da nossa Organização, devemos analisar a nossa contribuição para a vitória do Zimbabwe com a maior honestidade. Fomos capazes de distinguir o verdadeiro movimento de libertação, aquele que efectivamente conduziu a luta armada, dos movimentos fantoches e dos traidores.

Fomos capazes de defender e apoiar a unidade das forças combatentes zimbabweanas.

Fomos capazes de, em momentos decisivos, fazer ouvir a voz da África unida para rejeitar manobras e compromissos.

Pudémos assim cumprir a tarefa libertadora da nossa Organização.

Não devemos porém esconder as dificuldades que enfrentámos.

Na Cimeira de Monróvia, quando era imperioso a OUA rejeitar categoricamente o acordo interno e o governo fantoche de Salisbúria, apareceram aqui vozes a defender Muzorewa e a sua aliança com Ian Smith. Essas vozes foram isoladas, neutralizadas e eliminadas. A teoria das chamadas outras partes envolvidas, foi rejeitada. A OUA soube, então, identificar o único e legítimo representante do Povo do Zimbabwe. Os meses que se seguiram a Monróvia comprovaram a justeza da análise e da tomada de posição da nossa Organização. Nós dizíamos então que a Frente Patriótica era indubitavelmente o instrumento da OUA no Zimbabwe. A História já o demonstrou. A nossa Organização soube, mais uma vez, apoiar a luta justa de um povo pela sua liberdade e independência, contra o colonialismo.

Senhor Presidente,

Excelências.

Nascida da luta dos nossos Povos contra o colonialismo, a OUA não pode tolerar qualquer compro-

misso com o colonialismo sem que se negue a si própria, sem recusar a sua essência mais profunda. Não nos é permitido, em nenhuma circunstância, condescender com uma situação colonial.

O colonialismo é profundamente odiado pelos nossos povos. Nada pode ser mais contrário à personalidade africana, à personalidade de todos e de cada um dos nossos Povos do que o desejo de colonizar.

Mas, ao contrário do que sempre aconteceu quando se tratava de um colonialista exterior ao nosso continente, parece que temos receio e vergonha de apontar quando o colonialista é africano. Como ele está no nosso seio, consideramo-lo como nosso irmão. E é sempre difícil e doloroso pôr em causa um nosso irmão. Contudo, quando o nosso irmão está doente, devemos ajudá-lo. Queremo-nos referir concretamente a Marrocos.

Marrocos que travou uma luta heróica e gloriosa contra o colonialismo francês.

Marrocos que soube, desde a primeira hora, acolher e apoiar os nacionalistas de todas as colónias, em particular os das colónias portuguesas.

Marrocos que apoiou os nossos povos durante a luta de libertação nacional.

Marrocos, o berço da Carta de Casablanca e um dos países fundadores da OUA.

São estas honrosas tradições que fizeram de Marrocos nosso irmão.

Mas, a que assistimos hoje?

A invasão e ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos é uma situação caracterizadamente colonial que contraria frontalmente a Carta da OUA.

Vemos um colonizado que se libertou, procurar subjugar e colonizar outro povo, não hesitando para tal em recorrer a uma guerra de agressão.

Estamos perante uma aberração.

O Sahara foi uma colónia espanhola. O seu povo, o povo sahariano, dirigido pela frente POLISARIO, provocou, através da sua luta, o colapso do colonialismo espanhol.

Porém, em menosprezo do princípio de autodeterminação e de independência dos povos, das resoluções pertinentes das Nações Unidas e da OUA, Marrocos, e o Governo mauritano de então, através de um novo pacto de partilha tipicamente colonial, assumiram o papel da anterior potência colonizadora.

O Povo sahariano prosseguiu a sua heróica luta e vibrou poderosos golpes aos novos colonialistas levando à proclamação da independência do Sahara Ocidental e a sua constituição em República Árabe Sahariana Democrática, já reconhecida por nume-

rosos países.

Entretanto, a Mauritânia tomou a honrosa decisão, que todos saudamos, de renunciar ao colonialismo. Foi uma decisão que testemunha grande coragem e profundo sentido de dignidade por parte do Povo e Governo mauritanos. Foi uma decisão da qual toda a África se orgulha. Ao reconhecer o direito do Povo sahariano à autodeterminação e à independência, a Mauritânia abandonou a parte do território que ocupava e que lhe tinha sido atribuída no quadro do chamado Acordo Tripartido de Madrid.

Constatámos então a verdadeira natureza da célebre tese dos direitos históricos de soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental.

Marrocos defendia internacionalmente que uma parte do Sahara Ocidental, definida no Acordo Tripartido de Madrid, pertencia, por direito histórico, à Mauritânia. Este país, em conformidade com essa teoria teria sobre esse território plena soberania.

No exercício dessa soberania, a Mauritânia decide retirar-se do território e desiste de quaisquer reivindicações territoriais.

Com o mais absoluto desprezo pela própria palavra e pela dignidade nacional, com o total desrespeito pela Mauritânia e pela Comunidade Internacional, violando inclusivamente o próprio Acordo Tripartido, Marrocos invade e ocupa o território.

Que direitos históricos são estes, que se alargam e encolhem consoante as circunstâncias? Como considerá-los seriamente?

Na verdade, os direitos invocados por Marrocos não passam de mais um dos títulos de que o colonialismo sempre se serviu para justificar as ocupações coloniais. A sua argumentação cinica e oportunista é um insulto à inteligência e seriedade dos Chefes de Estado e de Governo aqui presentes, e uma afronta aos povos que aqui representamos.

A obstinação expansionista de Marrocos constitui um desafio intolerável à nossa Organização. Tanto mais intolerável quanto agora, perante a admissão no nosso seio da República Árabe Sahariana Democrática, Marrocos ameaça sair da OUA.

Quer ir para onde?

Mas sejamos claros quanto a esta ameaça. Quem cometeu flagrante e grave violação da Carta da OUA? Foi Marrocos.

Quem cometeu crime de colonialismo contra o Povo sahariano, contra África? Foi Marrocos.

Quem desrespeitou as resoluções pertinentes da OUA e das próprias Nações Unidas? Foi Marrocos.

É disto que Marrocos é acusado.

A ameaça de Marrocos de se retirar da nossa Organização não passa de mais uma manifestação

inadmissível de arrogância e desprezo pela OUA.

Quando um Chefe de Estado viola a Carta, é à OUA que compete julgar e tomar as medidas que se impõem. Marrocos não deve confundir a condescendência da OUA com fraqueza da OUA.

É penoso constatar que, desde 1976, desde a Cimeira de Port Louis, a nossa Organização não tem conseguido condenar firmemente o colonialismo e o expansionismo marroquinos.

Qual é a nossa dificuldade em tomar uma posição justa neste caso?

Como admitir que a OUA, após 18 anos de combate consequente contra o colonialismo, não saiba definir e identificar uma situação colonial? É porque desta vez se trata de um país africano?

O colonialismo não tem cor. O colonialismo não tem raça. O colonialismo não tem povo. Um parasita é um parasita: vive de sangue. O colonialismo é um crime contra a humanidade. O colonialismo é um crime contra a vida. O colonialismo é um cancro que vive de sangue e de vidas. São seres humanos que estão a ser massacrados no Sahara Ocidental. Nós conhecemos a guerra.

A quem vive de sangue, de sangue de crianças, de homens, de mulheres, de velhos. Temos um membro da nossa Organização que pratica genocídio.

Se condescendermos com o colonialismo porque o colonizador é um país africano, não nos poderemos surpreender e indignar quando aqui alguém aparece propondo a admissão da África do Sul racista que ocupa e coloniza a Namíbia.

Excelências,

Permitam-nos recordar, perante esta augusta Assembleia, que celebramos em 1980 o vigésimo ano da Resolução 1514 (XV) sobre o direito dos Povos à autodeterminação e à independência. Esta resolução foi um marco histórico e uma arma potente no arsenal da nossa tradição de luta pela conquista da liberdade e da dignidade.

Este ano terminamos a segunda década desta última fase da libertação do nosso continente. E quando, no horizonte, vemos já o fim da longa caminhada percorrida para a erradicação total e definitiva do colonialismo, constatamos que a doença contagiou um de nós.

A nossa tradição gloriosa de luta anticolonial, o amor pela História da libertação dos nossos Povos, o respeito que de nós exige o sangue derramado por milhões de africanos na luta secular contra o colonialismo, a coerência para com os princípios da Carta da OUA, impõem que sejamos absolutamente intransigentes para com um Estado africano que

persiste em assumir o papel de potência colonial. Se não podemos tolerar o colonialismo praticado por países exteriores ao continente africano, não podemos igualmente aceitar que um país africano se transforme em colonialista.

O passado recente da história da libertação de África ensina-nos a tomar decisões correctas em momentos históricos decisivos, decisões justas e corajosas que dignificam os países africanos e honram a nossa Organização. Ensina-nos que a nossa unidade deve assentar em princípios sólidos, firmemente definidos, para que seja uma unidade real e não uma unidade aparente. Não pode haver unidade entre nós e o colonialismo. Não pode haver unidade entre nós e o expansionismo.

O nosso dever é acolher a República Árabe Saharaiana Democrática na nossa Organização, entregarlhe aqui o lugar que, por direito, é seu.

Nós apelamos mais uma vez a Marrocos, a Marrocos herdeiro de gloriosas tradições anticolonialistas, para que aja em conformidade com os princípios da Carta da OUA e das Nações Unidas e reconheça a Independência do Povo do Sahara.

Marrocos, a África inteira, sairão engrandecidos. Juntos poderemos enfrentar as grandes batalhas que a libertação económica do nosso continente e o bem-estar dos nossos Povos nos impõem.

Senhor Presidente,
Excelências,

Na África Austral, após a grandiosa vitória do Povo do Zimbabwe, a confrontação como o colonialismo e o racismo centra-se na Namíbia e na África do Sul. É uma confrontação que opõe a África directamente ao regime de Pretória agente da dominação colonial na Namíbia e da opressão racista na África do Sul.

A luta do Povo namíbio, dirigido pelo seu único e legítimo representante, a SWAPO, avançou decisivamente no caminho da libertação total do país. As manobras desenvolvidas pelo regime de Pretória são as mesmas que constatámos em relação ao Zimbabwe. Procuram criar forças políticas fantoches que se apresentem como concorrentes e alternativas da SWAPO, para prosseguir o colonialismo.

Estas manobras, tal como no Zimbabwe, fracassarão.

Pretória só tem um caminho para a solução do problema da Namíbia: a sua participação, como potência colonial, numa Conferência com a SWAPO, único e legítimo representante do Povo da Namíbia. Esta Conferência, sob a égide das Nações Unidas, deve ter por objectivo exclusivo a implementação

da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança.

A OUA tem o dever de reforçar o seu apoio à justa luta do Povo da Namíbia sob a direcção da SWAPO, até à vitória final. A República Popular de Moçambique mantém-se firme e resoluta no apoio solidário e militante à luta de libertação, e na denúncia de todas as manobras que visem dividir o Povo da Namíbia e desmembrar o seu território.

As agressões sistemáticas contra a República Popular de Angola e a República da Zâmbia fazem parte da estratégia de Pretória de generalizar a confrontação que a opõe às forças libertadoras, transferindo-a para o exterior.

Mas o desenvolvimento da luta armada do Povo namibio é imparável, cresce dia a dia e demonstra o fracasso da estratégia de Pretória. Não é transferindo o conflito para o exterior que se encontrará solução para os problemas.

A inadmissível ocupação do território angolano, presentemente em curso, o massacre do seu povo, são parte desta desesperada tentativa dos racistas para internacionalizar o conflito.

Esta Assembleia deve tomar medidas concretas de apoio à República Popular de Angola. Toda a África se deve unir para apoiar, sem reservas, todas as decisões da República Popular de Angola para a salvaguarda da sua independência, soberania e integridade territorial.

Devemos fazer desta Cimeira da OUA, em Freetown, a Cimeira da libertação da Namíbia.

Devemos fazer do ano de 1980 o ano decisivo para a independência da Namíbia.

Senhor Presidente,

Na África do Sul, a confrontação do Povo com o regime do apartheid atinge níveis de luta cada vez mais intensos.

A luta do Povo sul-africano exige a tomada de consciência e o engajamento da humanidade inteira.

O apartheid não é apenas um regime de discriminação racial. O apartheid é a forma que assumiu a preservação das estruturas coloniais, a ideologia que garante a essência colonial do poder.

É este poder que submete e oprime a nação sul-africana.

Trata-se mais uma vez de uma questão de libertação nacional.

A revolta popular está em movimento na África do Sul. Ela estende-se a todo o país e assume as mais diversas formas. Paralelamente, à acção armada, assistimos ao levantamento da população dos guettos, ao desencadeamento de greves de dezenas de milhares de trabalhadores e de estudantes. A revolta popular

começa a abalar as estruturas do apartheid, a atingir o coração do regime de Pretória.

Contra as barreiras raciais, impostas pelo apartheid, contra a bantustanização, pretos, mestiços, indianos, brancos, homens e mulheres, jovens e crianças de todas as cores e raças erguem, pela primeira vez, a bandeira da unidade e da cidadania única do Povo sul-africano.

Na verdade, quando as crianças deixam de ser pretas, brancas, mestiças, indianas, para serem simplesmente crianças, quando essas crianças começam a ser indistintamente alvos das balas do regime do apartheid, o apartheid tem os seus dias contados.

Mas, falar do regime de Pretória, falar do apartheid, falar da sua sangüinária máquina de repressão, significa falar da criminosa cumplicidade do Ocidente.

Os «Mirages» da força aérea racista que bombardeiam a Namíbia, Angola e a Zâmbia, não são aviões sul-africanos. A tecnologia nuclear que o apartheid possui não é sul-africana. O petróleo que alimenta a economia do apartheid, não é sul-africano. Os grandes investimentos que mantêm e desenvolvem o apartheid não são sul-africanos.

Esta é a monstruosa hipocrisia daqueles que, condenando formalmente o apartheid, o mantêm e reforçam e dele retiram lucros fabulosos. É a mesma hipocrisia com que deparamos no Ocidente quando se tratou da aplicação das sanções contra a colónia britânica da Rodésia do Sul. Desta hipocrisia tirámos as devidas lições.

O recrudescimento da repressão racista, a cumplicidade do Ocidente na sobrevivência do apartheid, não conseguirão travar a luta de libertação do Povo sul-africano.

A vontade de um povo não pode ser assassinada nem aprisionada. A brutalidade repressiva do apartheid não faz mais do que atear o fogo da revolta, tornar mais firme e resoluta o Povo sul-africano na luta pela sua libertação.

A OUA deve intensificar e tornar mais efectivo o apoio resoluta à justa luta do Povo sul-africano, dirigido pelo ANC, contra a opressão racista e o apartheid, pela liberdade, pelo direito do Povo sul-africano a construir uma sociedade justa e sem discriminação.

Senhor Presidente,
Excelências,

O acesso à independência dum povo que se liberta do sistema colonial é o último acto duma longa luta e o primeiro duma nova e árdua batalha, a batalha económica.

No início de uma nova década, estamos a

completar a tarefa da libertação política do nosso continente. Devemos desencadear com o mesmo vigor a grandiosa batalha pela libertação económica do nosso continente.

A independência, a soberania e a liberdade dos nossos Povos ficarão vazias de conteúdo se não quebrarmos o controlo externo dos nossos recursos naturais, as imposições financeiras das instituições internacionais e a situação de dependência económica herdada.

A Ordem Económica Internacional existente, é contra os interesses básicos dos países em desenvolvimento, é profundamente injusta e incompatível com a libertação económica dos Países africanos.

A luta pela reestruturação das actuais Relações Económicas Internacionais é parte integrante da luta dos povos pela libertação política, económica e social.

Os nossos países e os restantes países em desenvolvimento devem adoptar uma posição unificada e comum sobre as questões relativas a matérias-primas, energia, transportes e comunicações, comércio, desenvolvimento, moeda e finanças, que serão tratadas nas negociações globais previstas para 1981.

No sul do nosso continente, a libertação do Zimbabwe veio criar condições favoráveis para a luta pela libertação económica, veio abrir perspectivas para novas acções.

Os nossos países envidam esforços para o desenvolvimento integrado das suas economias, desenvolvimento que passa pela racional utilização das infra-estruturas económicas existentes.

Estas acções enquadram-se na perspectiva de uma cooperação económica e global no nosso continente. Neste quadro, devemos incentivar a cooperação bilateral, organizar a cooperação a nível regional, avançar para a cooperação inter-regional, construindo assim as condições para o estabelecimento da cooperação a nível continental.

O plano da acção adoptado na Cimeira de Lagos sobre a estratégia do Desenvolvimento Económico do Continente Africano, constitui um passo para a materialização destes objectivos.

Ao falarmos da Nova Ordem Económica Internacional e de cooperação, queremos deixar bem claras as nossas posições sobre algumas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, a luta pelo estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional começa em cada um dos nossos países. É a cada um de nós que cabe organizar os factores do desenvolvimento, assegurar o controlo dos recursos naturais, garantir a eficácia da nossa economia.

É a cada um de nós que cabe destruir as estruturas coloniais concebidas para servir interesses

estrangeiros às nossas pátrias, para criar novas estruturas ao serviço dos nossos Povos.

Os nossos países são possuidores duma grande força de trabalho, de matérias-primas, de imensos recursos naturais no solo, no subsolo, nos mares e fundos marinhos.

Devemos erradicar definitivamente a mentalidade que nos foi inculcada pelo imperialismo de que, é próprio do africano ser pobre, ser incapaz, ser ineficiente, de que o africano tem de ser dependente.

Esta concepção paternalista e racista constitui a força ideológica do neocolonialismo e do imperialismo, o seu destacamento avançado que prepara os nossos Povos para aceitarem com fatalismo e resignação a sua condição de subdesenvolvidos, de explorados, de indigentes.

Através do que muita vez se tem chamado ajuda, os nossos países são mantidos numa situação de dependência crónica. A esmola humilha e submete o mendigo.

Se as nossas economias hoje se apresentam como concorrenciais e não como complementares, é precisamente porque continuam ligadas por um cordão umbilical às antigas metrópoles coloniais, mantendo-se fundamentalmente o tipo de relações económicas anterior à Independência.

A concorrência, em termos estratégicos, das nossas economias nacionais, que constitui um dos maiores obstáculos à cooperação entre nós, reflecte na realidade, a concorrência entre os interesses económicos de que estamos dependentes e a acção constante do imperialismo para promover a nossa divisão.

O imperialismo não nos ofereceu a independência política. Não nos oferecerá a independência económica e o desenvolvimento.

Em definitivo, nós entendemos que as relações entre todos os países devem basear-se numa cooperação mutuamente vantajosa. Só a clareza da vantagem mútua restituem a dignidade e, com ela, a força invencível dos povos na luta pela sua felicidade e bem-estar.

Estes são alguns dos aspectos que deve necessariamente assumir o conceito da Nova Ordem Económica Internacional.

Senhor Presidente,
Excelências,

As vitórias alcançadas no passado pelos nossos povos na luta contra o colonialismo, dão-nos a garantia de que a nossa Organização saberá assumir até ao seu termo a tarefa de libertação total do continente africano.

Estamos seguros de que a unidade que forjámos e a experiência que acumulámos na luta de libertação nos permitirão levar a cabo, vitoriosamente a luta pela independência económica, pelo desenvolvimento e pela conquista da Nova Ordem Económica Internacional.

O que nós queremos, Senhor Presidente, Excelências, é simplesmente que a independência ganhe um conteúdo concreto para os nossos Povos.

Os nossos países são ricos. Queremos que os nossos Povos possam beneficiar das riquezas que possuem.

Queremos comida, para os nossos Povos.

Queremos vestir, calçar, os nossos Povos.

Queremos proporcionar alojamento condigno.

Queremos escolas, hospitais e maternidades.

Tudo isto nós poderemos produzir, com a nossa inteligência, com as nossas mãos e com uma correcta e justa cooperação.

Queremos construir a felicidade e o bem-estar dos povos.

Esta Cimeira, sob a sábia direcção de Sua Excelência o Presidente Siaka Stevens, constituirá uma grande contribuição para atingirmos estes objectivos.

Obrigado, Senhor Presidente.

A Luta Continua.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-06)

A OFENSIVA CRIA CONDIÇÕES PARA VENCERMOS O SUBDESENVOLVIMENTO

-Presidente Samora Machel na abertura da 7ª Sessão do CC do Partido

O Presidente do Partido FRELIMO, Samora Moisés Machel, proferiu ontem na abertura da VII Sessão do Comité Central, um importante discurso, onde salientou o papel da Ofensiva como parte integrante da nossa Revolução, na luta contra o subdesenvolvimento.

Transcrevemos em seguida o discurso integral do mais alto dirigente do nosso Partido e Estado:

Camaradas membros do Comité Central

Iniciamos hoje os trabalhos da VII Sessão do Comité Central.

Gostariamos, em primeiro lugar, de saudar-vos e, através de vós, todos os membros do Partido que, nos vários sectores de actividade, em todo o País, têm sabido erguer bem alta a bandeira do nosso Partido. Saudamos a dedicação, o engajamento, o esforço abnegado, o entusiasmo e a confiança na vitória da linha correcta do nosso Partido que tão dignamente tendes sabido demonstrar.

O vosso comportamento de militantes do Partido constitui um estímulo e um exemplo poderoso que galvanizam o nosso Povo para a dura batalha contra o subdesenvolvimento, para o combate difícil mas sempre exaltante da construção do socialismo no nosso País.

Camaradas,

Esta é a primeira Sessão do Comité Central que realizamos na década de 80, Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento. Esta é a primeira Sessão do Comité Central que realizamos após termos desencadeado a Ofensiva Política e Organizacional em todo o nosso País, em todos os sectores de actividade.

Já na VI Sessão do nosso Comité Central tínhamos analisado a situação política, económica e social e tínhamos detectado desvios e erros graves. Nessa Sessão traçamos tarefas concretas, definimos medidas fundamentais para superarmos esses desvios e erros. Soubemos colocar o dedo na ferida, determinar a doença e encontrar o tratamento adequado.

A Ofensiva Política e Organizacional é, também, produto dessa nossa análise.

Quando declaramos que a década de 1960 a 1990 é a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento, soubemos definir a nossa estratégia correctamente, soubemos determinar de entre os nossos objectivos as prioridades que respondem imedia-

tamente aos problemas actuais. Soubemos definir tarefas a curto e a longo prazos.

O nosso Partido soube traçar as orientações para criarmos as bases, os alicerces, as fundações do grande edifício que é a sociedade socialista. O nosso Partido soube lançar as sementes na terra que darão a árvore de raízes profundas da felicidade e bem-estar do nosso Povo.

A década que iniciámos constitui um desafio gigantesco.

Para eliminarmos a fome e a nudez, temos de irrigar centenas de milhar de hectares de terra, transformar várias zonas, onde ainda só cresce o mato, em celeiros abundantes, em fontes de alimento e roupa. Temos de construir os grandes complexos agro-industriais, dominar os rios, fazer barragens, diques e canais, abrir estradas e caminhos de ferro, electrificar o campo, erguer muitas dezenas de fábricas.

Temos de extrair do nosso solo toda a sua riqueza, fazer do carvão, do ferro, da bauxite, o aço, o alumínio, o arado, a máquina, o tractor, o camião. Temos de criar centenas e centenas de escolas e centros de formação, construir hospitais e maternidades em todo o País.

Vencer este desafio em dez anos exige um esforço enorme, exige que coloquemos ao serviço do desenvolvimento do nosso País a inteligência, a força, a dedicação de todo o Povo moçambicano. Temos a firme convicção de que a nossa estratégia é correcta.

Sabemos que esta batalha é a forma pela qual valorizamos todos os homens moçambicanos porque nela todos se engajam a construir o futuro de Moçambique, o seu próprio futuro.

Mas isto exige de todos e de cada um de nós grande responsabilidade. Exige que o Partido esteja sempre à altura de organizar as inteligências, as energias, os esforços. Exige organização e a mobilização de todos os recursos humanos, materiais, financeiros e culturais do nosso País.

É na organização que está o segredo da vitória.

Para organizar, para estar na vanguarda da organização, um membro do C.C. deve assumir profundamente o espírito de trabalho árduo. É assumindo este princípio que estamos à altura de assumir as nossas responsabilidades.

Para o nosso Partido, o membro do Comité Central é aquele que assume os problemas na sua totalidade, que não se permite estar de olhos fechados um momento sequer. É aquele que sabe sacrificar o secundário para dar prioridade ao principal.

Foi através do trabalho árduo, dos sacrifícios que soubemos consentir durante a luta armada, que construímos a vitória contra o colonialismo. Em 10 anos, em condições difíceis, atravessando rios e montanhas, debaixo da chuva torrencial e de sol escaldante, sob as bombas e os massacres, vencemos o colonialismo. No início da luta, a independência era ainda apenas um sonho. Passo a passo, combate a combate, gota de sangue a gota de sangue, construímos o sonho, fizemo-lo realidade.

Hoje, com a mesma certeza na vitória, com a mesma convicção na justeza da nossa luta, sonhamos a felicidade e o bem-estar do nosso Povo, o progresso do nosso País. E estamos determinados a realizar este sonho em dez anos.

Camaradas,

A Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento é uma guerra prolongada contra a fome, a miséria, a nudez, o analfabetismo, a doença. É uma guerra em que temos de vencer o inimigo interno e externo, que se opõe à construção do socialismo no nosso País.

Por isso, para criarmos as condições necessárias ao triunfo da década, desencadeámos a Ofensiva Política e Organizacional. Desencadeámos a ofensiva para varrermos os obstáculos que se encontravam no nosso caminho, que entravavam os nossos passos. Desencadeámos a ofensiva para desalojar o inimigo das nossas estruturas, para colocarmos o inimigo na defensiva passiva.

Esta Sessão do Comité Central irá analisar profundamente as causas da ofensiva, os erros e insuficiências encontrados, o grau de extensão da acção do inimigo que detectámos, as medidas enérgicas tomadas para neutralizar o inimigo, superar as insuficiências, corrigir os erros e preparar o Aparelho de Estado e os sectores produtivos para os grandes esforços que devem realizar.

Estudaremos relatórios detalhados da primeira fase da ofensiva para tirarmos as lições e traçarmos a tática das fases seguintes.

A Ofensiva não terminou, nem terminará. Ela é um processo permanente, parte integrante da nossa Revolução.

A Ofensiva é um processo complexo, uma guerra prolongada, com fases diversas, combates e batalhas, assumindo diversas formas.

Umhas vezes terá a forma de campanha, como a que atravessámos. É a vacina periódica que permite que nos imunizemos contra a acção do inimigo.

Noutras fases, assumirá a forma de consolidação dos nossos avanços, de preparação para novos combates.

A VII Sessão do Comité Central reúne-se num momento de grande entusiasmo popular, de grande emoção e engajamento do nosso Povo. O nosso Povo vive intensamente a Ofensiva em todo o País. A sua adesão foi total e espontânea porque a Ofensiva responde às suas preocupações, às suas aspirações mais profundas.

Foi o Povo que construiu a vitória da primeira fase da ofensiva. Foi o Povo que apontou os inimigos da nossa Revolução.

O nosso Povo ultrapassou o tribalismo, o regionalismo e o racismo, rejeitou as amizades e alianças sem princípios, denunciou o inimigo, os sabotadores, os bandidos, os ladrões, os corruptos, os negligentes, os preguiçosos, os que abusam do poder. Assumiu o sentido da Nação, da Pátria Moçambicana, porque sabe o que é o sacrifício, sabe que a independência está regada de sangue, sabe que a Pátria tem inimigos capazes de recorrer a todos os crimes.

O Povo assumiu a ofensiva e actuou como as ondas fortes do mar, num movimento impetuoso que esmagou o inimigo.

Saudamos o nosso Povo, os militantes, os quadros do Partido e do Aparelho de Estado que souberam assumir a envergadura, a dimensão da Ofensiva.

A total adesão, o grande entusiasmo do nosso Povo reforça a nossa responsabilidade em definir correctamente o inimigo, em nunca apontar alvos falsos ao Povo.

O nosso Partido é a vanguarda desta batalha.

O Aparelho de Estado é o instrumento essencial para a aplicação da política do Partido. Por isso, a política deve conservar-se sempre no posto de comando. Com a política no posto de comando, estamos sempre em condições de detectar os problemas e agir rápida e eficazmente para os solucionar. Não podemos permitir que seja pela acção do inimigo que descobrimos onde estamos a cometer erros.

Camaradas,

No dia 16 de Junho, sob proposta do nosso Partido, a Comissão Permanente da Assembleia Popular determinou a criação da moeda nacional, o Metical, e a troca das notas antigas pelas novas notas.

A criação do Metical responde a objectivos prioritários da organização económica do nosso Estado Socialista e tem um significado profundo do ponto de vista ideológico e político.

A criação do Metical constitui um momento de profunda exaltação patriótica do nosso Povo.

O Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo assumiu o Metical como conquista sua. A disciplina das massas, a vigilância popular, a alegria, o apoio dado aos postos de troca, são outras tantas demonstrações do sentimento e atitude do nosso Povo perante a moeda nacional e a decisão do nosso Partido. Na Assembleia Popular discutiremos em

breve o relatório da Comissão Central da Troca de Notas.

Todavia desde já importa saudarmos o nosso Povo que deu um exemplo dum espírito de firmeza e paciência revolucionárias, nas longas bichas para a troca de notas em que não se verificou a mínima desordem ou perturbação. Importa saudar o nosso Povo pela vigilância com que detectou e neutralizou as manobras de traficantes e especuladores. Importa saudá-lo pelo apoio e carinho com que rodeou os trabalhadores da operação.

Cerca de 12 000 moçambicanos participaram nesta operação grandiosa, com a maior abnegação, com o mais alto espírito de honestidade e de serviço ao Povo.

A todos saudamos com respeito. Em especial saudamos os trabalhadores bancários e os trabalhadores da segurança de cujo trabalho nas condições mais difíceis dependeu o êxito da operação. Muitas vezes foram heróicos, muitas vezes foram para além do que era humano esperar no espírito de trabalho.

Obrigado. Obrigado criadores do Metical, obrigado trabalhadores da operação de troca de notas.

Camaradas,

A grande batalha da Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento exige quadros dedicados, política e tecnicamente capazes, devotados à causa do Povo, da Revolução, do Socialismo.

Por isso, cabe-nos abordar também a questão fundamental da educação e da formação de quadros.

Devemos organizar as nossas escolas. Elas são a fonte dos quadros. Nas escolas está o segredo da formação do homem novo. Nas escolas trava-se a batalha essencial da descolonização mental.

O futuro do nosso País está nas escolas, na juventude, nos novos quadros.

Hoje, os nossos jovens conhecem a fome, conhecem a nudez, conhecem a falta de alojamento, a falta de emprego, a miséria, a doença. Tudo isto existe ainda por causa do analfabetismo.

O nosso País tem grandes potencialidades. A terra está aqui. É nossa. É rica e generosa. Espera apenas a força do braço que sabe onde está a sua riqueza, como ir buscá-la, como organizar a sua multiplicação.

O analfabetismo, a ignorância, a ausência de domínio da ciência e da técnica é o grande obstáculo que se interpõe entre o nosso Povo e a riqueza da nossa terra.

É por isso que temos de concentrar os maiores esforços na educação. As crianças de hoje a maioria dos nossos jovens estudantes, não participarão como trabalhadores na batalha desta década. Essa missão compete aos trabalhadores de hoje. Por isso, devemos dar particular atenção aos programas acelerados de alfabetização e formação profissional, desenvolver para esses programas o espírito de trabalho voluntário que é essencial.

Camaradas,

Esta é a primeira Sessão do Comité Central que se realiza após a vitória histórica do Povo do Zimbabwe, após a independência do Zimbabwe.

A vitória do Zimbabwe resultou do sangue do suor e do sacrifício do seu Povo. Foi a vitória da luta armada de libertação nacional. Foi a vitória das forças do progresso e da paz do Zimbabwe e de toda a humanidade progressista sobre as forças do colonialismo, do racismo, da agressão e dos massacres.

Saudamos o Povo do Zimbabwe. Saudamos o Movimento de Libertação, a Frente Patriótica, que soube dirigir o povo na luta pela independência. Saudamos a ZANU pela sua vitória nas primeiras eleições livres, justas e democráticas da História do Zimbabwe.

Porque soube fazer da luta do Zimbabwe sua luta, porque aceitou os maiores sacrifícios para que o Zimbabwe fosse livre, porque assumiu exemplarmente o seu dever internacionalista, saudamos o nosso Povo do Rovuma ao Maputo. Saudamos em particular as populações das zonas mais afectadas pelas agressões racistas rodesianas. Sabemos que ainda hoje atravessam dificuldades, mas da sua determinação e heroísmo nascem a força e a energia para reconstruir os seus lares, para refazer os seus campos e reorganizar as suas aldeias comunais.

Saudamos a acção das Forças de Defesa e Segurança que, com determinação e coragem, souberam defender as conquistas revolucionárias e combater as acções agressivas dos racistas, dos imperialistas e dos seus lacaios; souberam criar condições para que o Povo pudesse cumprir o seu dever de solidariedade para com o Zimbabwe e, simultaneamente, continuar na obra de edificação do Socialismo.

Em particular, saudamos as F.P.L.M. Mais uma vez, assumindo as tradições gloriosas da Luta Armada de Libertação Nacional, foram as F.P.L.M. que tiveram o papel decisivo no alargamento das fronteiras da liberdade em África, na derrota do colonialismo.

As vitórias de Mapai e Mavonde foram determinantes para a paz, para a capitulação do inimigo frente ao Povo do Zimbabwe.

Hoje, no nosso País, temos combatentes internacionalistas. Aceitaram o sacrifício, souberam sintetizar a causa nacional e patriótica e o dever internacionalista. São hoje um exemplo para os povos em luta, um exemplo para as futuras gerações.

Pelos nossos heróis, por aqueles que caíram pela causa da defesa da Pátria, da Revolução, da Paz e do Socialismo, pelos militantes, operários e camponeses, jovens e mulheres, soldados das F.P.L.M. e combatentes internacionalistas que se sacrificaram, pedimos um minuto de silêncio.

Comemoramos esta vitória do Zimbabwe. Vitória que torna mais brilhante o Sol do futuro do nosso continente, de toda a Humanidade. É o mesmo Sol que brilha já sobre o Sahara Ocidental, sobre a República Árabe Sahariana Democrática, quinquagésimo primeiro membro da OUA. É o mesmo Sol que o regime racista de Pretória não consegue impedir que suba no horizonte da Namíbia e da África do Sul graças à luta dos seus Povos.

A luz que brilha em África é a luz da independência, da paz, do progresso e do bem-estar social dos nossos povos. Que liquidará para sempre as trevas da exploração e da opressão.

Nós amamos a paz. E, na paz, queremos construir a felicidade.

Porque, com a vitória do Zimbabwe se alargou a zona de paz na nossa região, colhemos já os seus frutos. Novas perspectivas se abrem. Reforcamos a cooperação entre os países independentes da África Austral. Coordenamos os nossos esforços para nos libertarmos em conjunto da dependência em relação ao imperialismo.

Esta cooperação cria para nós novas responsabilidades. Moçambique foi definido como o centro dos Transportes e Comunicações da nossa zona. Isto acentua a necessidade de sermos mais exigentes para com nós próprios. Exigentes na disciplina, exigentes na rapidez, exigentes na execução, exigentes no cumprimento dos prazos, exigentes na pontualidade, exigentes na eficácia, exigentes na eficiência, exigentes na liquidação da improvisação, exigentes na organização para cumprirmos os compromissos que assumimos com os países da nossa região.

Hoje, Moçambique e o Zimbabwe são Estados livres, independentes, soberanos, anti-racistas. Este é o resultado duma luta comum de dois povos irmãos pelos mesmos ideais. Devemos tirar lições desta luta, luta que alterou a correlação de forças na nossa zona. Luta que infligiu uma pesada derrota ao imperialismo, mas que não o desarmou.

Devemos avaliar o preço que pagámos pela vitória.

Devemos analisar esta vitória no contexto da situação política internacional. Saber como agiram os nossos amigos e os nossos aliados, em particular nas horas mais difíceis e duras da luta. Analisar qual foi a estratégia e a tática do inimigo e qual é a sua estratégia, agora que sofreu mais esta pesada derrota. Estejamos conscientes. Ele vai reagir utilizando novas táticas. O imperialismo tira rapidamente lições de cada derrota que sofre.

De todos estes factores tiremos as lições devidas.

Da análise da correlação de forças na nossa zona e da situação internacional devemos traçar a

tática desta fase da nova batalha, a batalha económica.

Camaradas,

Nesta VII Sessão do Comité Central cabe-nos analisar o esforço que cada um de nós fez para implementar as decisões tomadas na sessão anterior.

Isto implica analisar o comportamento dos membros do Comité Central, pôr o termómetro para medirmos a profundidade, a seriedade do engajamento de cada um no cumprimento das tarefas e o sentido de responsabilidade de cada um. Medirmos o grau de consciência que permite assumir a totalidade dos problemas, ser hiper-sensível aos problemas do Povo, tomar decisões no momento exacto e oportuno.

Isto implica cumprirmos o princípio de prestação de contas.

Camaradas,

Temos à nossa frente três dias de trabalho intenso. Da participação activa e consciente de cada um de nós, da transmissão das nossas experiências, da procura colectiva das soluções para os problemas, depende o sucesso desta Sessão. Aqui definiremos as orientações que irão reforçar o Partido e guiar o Aparelho de Estado. Aqui encontraremos nova força e inspiração para prosseguirmos o nosso combate. Combate pela vitória sobre o subdesenvolvimento. Combate pela edificação do socialismo no nosso País. Combate pela consolidação da paz e da cooperação na nossa zona. Combate pelo reforço da solidariedade para com a justa luta dos povos oprimidos. Combate para que o nosso País seja, em todo o mundo, exemplo de paz, justiça, solidariedade, desenvolvimento, progresso e bem-estar social.

**A LUTA CONTINUA!
A REVOLUÇÃO VENCERÁ!
O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!**

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-18)

O NOSSO DEPUTADO REPRESENTA EM CADA SECTOR O PODER DOS OPERARIOS E CAMPONESES

-Presidente Samora Machel na abertura da VI Sessão da Assembleia Popular

O Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, pronunciou ontem um importante discurso na abertura da 6.ª Sessão da Assembleia Popular, que passamos a transcrever, na íntegra:

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Ao abrirmos esta VI Sessão da Assembleia Popular queremos recordar aqueles que infelizmente já não podem partilhar do nosso convívio.

Recordamos a figura do senhor deputado **Francisco Langa**, cujo exemplo de patriotismo e dedicação à causa nacional permanecerá para sempre vivo na nossa memória.

Relembramos ainda a senhora deputada **Filipa Muniveda**, cujo dinamismo e entusiasmo sempre revelados no cumprimento das tarefas da libertação nacional e da reconstrução do nosso País, servem de exemplo a todos nós.

A nível internacional foi com grande consternação e mágoa que soubemos da morte do Presidente da República do Botswana, **Sir Seretse Khama**.

O Presidente **Seretse Khama**, destacou-se como um dedicado combatente pela causa nacional.

Aceitou participar activamente no seio dos Países da Linha da Frente, apesar das múltiplas dificuldades e pressões que o seu país teve que enfrentar.

A sua coragem e determinação sentimo-las desde a luta de libertação, pela amizade e solidariedade que o Presidente **Khama** sempre revelou em relação à luta do Povo Moçambicano.

Evocamos também o falecido Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, **Josip Broz Tito**, destacado fundador do Movimento dos Não-Alinhados que contribuiu decisivamente para fazer deste Movimento um instrumento efectivo da libertação e independência dos povos.

Sob a direcção do Presidente **Tito**, a República Socialista Federativa da Jugoslávia, sempre manifestou de forma activa a sua solidariedade e amizade fraterna com a luta do Povo Moçambicano e todos os povos oprimidos do mundo.

Em homenagem e memória aos amigos e companheiros que perdemos, proponho que observemos um minuto de silêncio.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Esta VI Sessão da Assembleia Popular realiza-se

logo após a proclamação da República do Zimbabwe.

O povo irmão do Zimbabwe conquistou a sua liberdade, fruto da sua determinação, da sua coragem, do seu sacrifício e do engajamento na luta de libertação nacional.

Nesta Sessão do Órgão máximo do Poder de Estado, saudamos calorosamente o povo do Zimbabwe que, sob a direcção da ZANU - Frente Patriótica, levou a cabo uma vitoriosa luta armada de libertação nacional que culminou com a proclamação da República do Zimbabwe.

A Independência do Zimbabwe é uma vitória da África e de todas as forças progressistas do Mundo inteiro.

É uma vitória dos Países da Linha da Frente que, com o seu apoio e solidariedade sempre firmes, contribuíram decisivamente para o nascimento de mais um Estado livre e soberano nesta zona do nosso Continente.

A independência do Zimbabwe veio trazer maior vigor e maior estímulo à luta do povo da África do Sul que, galvanizado pela vitória do povo irmão do Zimbabwe, saberá intensificar o seu combate libertador para a conquista da sua verdadeira independência.

A independência do Zimbabwe deve servir de lição para a obstinada intransigência da África do Sul em relação à independência real da Namíbia.

A África do Sul deve aceitar o plano das Nações Unidas para a realização de eleições justas supervisionadas pelas Nações Unidas.

Se a África do Sul pretende negociar com alguém sobre o problema da Namíbia, deve fazê-lo com a SWAPO, o único interlocutor.

Os fantoches internos, esses deverão sentar-se à mesa da negociação integrados na parte sul-africana.

A fundação da República do Zimbabwe confirmou o carácter irreversível do processo de libertação total dos povos ainda sob a dominação do colonialismo, do racismo e do «apartheid» no nosso Continente.

A vitória da ZANU - Frente Patriótica e a independência do Zimbabwe é, para nós moçambicanos, a reafirmação da justeza da linha política do nosso Partido FRELIMO que soube sempre guiar o nosso povo no firme cumprimento do dever internacionalista de apoio e solidariedade à luta dos povos opri-

midos.

Para a República Popular de Moçambique, a independência do Zimbabwe é o coroar vitorioso e o fim de pesados sacrifícios consentidos pelo Povo Moçambicano e pela nossa economia.

Para o nosso País, a vitória do Zimbabwe significa em primeiro lugar Paz. Significa o abrir de novas perspectivas para nos debruçarmos com maior determinação e entusiasmo sobre os nossos problemas internos.

A independência do Zimbabwe significa ainda a instauração de um clima de maior estabilidade e paz na nossa zona, o que cria melhores condições para os países independentes da região poderem canalizar as suas atenções para desenvolverem entre si as relações de cooperação mais frutuosas.

Podemos agora concentrar grande parte dos esforços e capacidades na edificação e consolidação das nossas economias.

Neste quadro se inserem as decisões da recente Cimeira de Lusaka que tomando em conta as novas condições criadas pela independência do Zimbabwe, definiram os mecanismos para a libertação económica dos estados da nossa zona.

A Cimeira de Lusaka definiu o princípio de acelerar a libertação económica dos nossos Estados, promovendo a cooperação bilateral e regional.

A cooperação regional permite desenvolver a complementaridade das nossas economias, aproveitar racionalmente os nossos recursos naturais, humanos e financeiros, libertar os Estados independentes desta zona da África Austral dos laços de dependência económica de tipo colonial e imperialista.

A cooperação regional é a base para avançarmos para níveis mais altos de cooperação inter-regional.

Para o Povo Moçambicano a cooperação regional é parte integrante da luta pelo progresso económico e social do nosso Povo, reforço da independência e soberania do nosso Estado, contributo fundamental para a vitória contra o subdesenvolvimento.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional estávamos claros de que a luta não era isolada, de que ela se integrava na luta mais geral de todos os povos do Mundo e do nosso Continente contra

a opressão e a humilhação. Também agora estamos conscientes de que a luta pela libertação económica do nosso País passa necessariamente pela sua integração na luta global dos países da zona contra a dependência em relação ao imperialismo.

No quadro da cooperação regional, a República Popular de Moçambique recebeu a responsabilidade de coordenar e dinamizar as acções no campo dos transportes e comunicações.

Maputo, a nossa capital, foi escolhida como a sede da Comissão Regional dos Transportes e Comunicações.

É uma decisão que honra o nosso País.

É uma decisão que exige alta responsabilidade da nossa parte.

Devemo-nos organizar para utilizar ao máximo a capacidade existente dos portos, das caminhos de ferro e das vias de comunicação ao mesmo tempo que estudarmos e planificamos o desenvolvimento das nossas capacidades.

Devemos aumentar o grau técnico e de formação dos nossos quadros e trabalhadores e garantir uma correcta manutenção, eficácia e rentabilidade das nossas infra-estruturas.

Devemos potenciar as magníficas condições que oferecem os nossos portos e a nossa posição geográfica nesta zona do Continente.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

A tarefa de libertação política do nosso Continente Africano não foi ainda terminada.

A República Árabe Sahariana Democrática é um exemplo.

Assistimos nesse país a uma situação que é nova em África. Um país africano a tentar colonizar outro país africano, a praticar o expansionismo.

A nível da OUA alguns países recusam-se a reconhecer esta realidade. Recusam-se a denunciar e a condenar o facto descarado que é a ocupação colonial da República Árabe Sahariana Democrática por Marrocos.

Para eles só há colonialismo quando eles vem de fora do nosso Continente. Para eles não é possível existir colonialismo africano.

Na recente Cimeira da OUA em Freetown, Serra Leoa, a República Popular de Moçambique, fiel aos seus princípios, soube estar ao lado do Povo Sahariano na defesa do seu direito à independência.

A República Popular de Moçambique condenou mais uma vez energicamente a presença expansionista e colonial de Marrocos na República Árabe Sahariana Democrática.

Condenou o apoio militar prestado ao regime de Marrocos pelas potências ocidentais, exigindo a retirada imediata e incondicional daquele país do território independente do Sahara.

O nosso País soube estar decisivamente na vanguarda dos que contribuíram para a vitória que o Povo Sahariano conquistou na OUA ao ser admitido por maioria no seio da OUA.

Para a maior parte dos países africanos e para a República Árabe Sahariana Democrática, as manobras engendradas, as chantagens, ameaças e as pretensas subtilezas jurídicas nada representam.

A República Árabe Sahariana Democrática é hoje um país membro da OUA como prescreve a carta da Organização de Unidade Africana.

Saudamos calorosamente a presença no seio da OUA de mais um estado membro, a República Árabe Sahariana Democrática, que é resultado da heróica luta política, diplomática e militar do povo do Sahara.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Reunimo-nos no momento em que acabámos de celebrar o V Aniversário da Independência Nacional.

Nestes últimos anos, criámos as condições para nos lançarmos decisivamente na via do progresso económico e social, a via da construção do socialismo.

Nestes últimos anos acumulámos e consolidámos muitas conquistas e avançámos na direcção, planificação e contróle da nossa economia.

Importa agora valorizarmos essas conquistas para avançarmos ainda mais.

No limiar da década de 1980, ao efectuarmos o balanço das realizações do ano de 1979, ano da consolidação das nossas conquistas, constatámos os grandes avanços e sucessos que alcançámos a nível económico e social.

Constatámos que a mantermos o mesmo ritmo de crescimento da nossa economia e sem a definição de novas áreas de desenvolvimento económico, que são os grandes projectos, os avanços verificados e os bens produzidos não conseguiriam satisfazer plenamente as nossas necessidades.

Torna-se necessário dar maiores saltos no campo económico para podermos condignamente alimentar, vestir, calçar e educar o nosso Povo.

Por isso, definimos que a realização destes objectivos passa pela materialização dos grandes projectos económicos de desenvolvimento.

O Partido FRELIMO ao tomar a decisão histórica de fazer da década de 80, a Década da Vitória Contra o Subdesenvolvimento, lançou um enorme desafio à capacidade e à determinação de todo o nosso Povo.

É uma palavra de ordem que devemos materializar.

Neste sentido, se enquadra a decisão de levar a cabo o recenseamento geral da população no corrente ano, condição necessária para definir de forma realista as acções e as metas que se impõe realizar e atingir.

A elaboração em curso, do plano prospectivo indicativo para a década de 1980, representa mais um passo fundamental na direcção, planificação e contróle da nossa economia.

Ao definir os princípios e os grandes projectos sob os quais assentará o nosso desenvolvimento na presente década, e ao possibilitar a sua decomposição em planos quinquenais e anuais, o plano prospectivo indicativo é o instrumento de materialização dos objectivos da presente década.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Ao iniciarmos o ano de 1980, tínhamos o conhecimento concreto dos nossos objectivos. Tínhamos as ideias claras, e beneficiávamos da longa experiência acumulada na luta de libertação nacional e nas batalhas do dia a dia pela libertação económica do nosso País.

Estávamos porém conscientes da existência de dificuldades que importava remover para garantirmos a vitória.

Sentíamos que era necessário realizar profundas transformações a nível das mentalidades, a nível dos métodos de trabalho nas empresas, nas fábricas e em particular no Aparelho de Estado.

Sentíamos que os instrumentos decisivos para a materialização dos nossos objectivos, não estavam, na sua maior parte, em condições de servir os nossos interesses.

Era necessário atacar os métodos de trabalho incorrectos, atacar o imobilismo, a passividade, a

inércia, o burocratismo, a corrupção, o compadrio, a sabotagem organizada nos sectores produtivos e em especial no Aparelho de Estado.

Era necessário atacar os maus hábitos e as mentalidades retrógradas.

Era necessário libertar as mentes da aceitação fatalista do subdesenvolvimento inculcada pelo imperialismo e fazê-las acreditar na vitória.

Era necessário passarmos à ofensiva e reduzir o inimigo à defensiva passiva.

A decisão do Partido FRELIMO de lançar em todas as frentes do nosso País uma vigorosa Ofensiva Política e Organizacional, constituiu uma conquista científica do nosso Povo e uma exigência do avanço dialéctico da nossa Revolução.

A forte adesão e participação populares, as inúmeras informações e denúncias recebidas no decurso da primeira parte da Ofensiva, demonstraram que os trabalhadores do nosso País assumiram a justeza e a oportunidade do desencadeamento da Ofensiva.

Demonstrou que, mais uma vez, as classes trabalhadoras souberam participar com dinamismo e entusiasmo na tarefa exaltante de criar as condições para a vitória.

Essa participação e entusiasmo permitiram reforçar ainda mais a ligação e a confiança que o Povo deposita no seu Partido FRELIMO e no seu Governo, tornando mais sólida a unidade entre a Direcção e as massas populares.

Do Rovuma ao Maputo o combate activo à sabotagem, à irresponsabilidade, à incompetência, a inércia, tem vindo a ser cada vez mais assumido e materializado.

Hoje, em muitos locais já se sentem profundas transformações.

A presente Sessão discutirá profundamente o sentido e alcance da Ofensiva.

Ainda no quadro da Ofensiva Política e Organizacional, saudamos a criação da nossa moeda nacional — o METICAL.

Ao celebrarmos no passado dia 16 de Junho, mais um aniversário da nossa História, o massacre de Mueda, introduzimos o Metical como um importante instrumento da nossa luta.

A criação do Metical foi um rude golpe desferido ao nosso inimigo.

O Metical é um meio de quebrar os laços de dependência económica em relação ao imperialismo.

O Metical representa para o nosso Povo a afirmação da sua personalidade histórico-cultural.

O nosso Povo já não é forçado a conviver e a suportar no seu dia a dia as figuras odiosas do colonialismo, da opressão e da humilhação.

Na nossa moeda, o Metical, o Povo Moçambicano vê agora, com orgulho e satisfação, reflectidas as imagens da luta, do sacrifício, da determinação e coragem do nosso Povo.

Vê agora as suas conquistas, os seus avanços.

Esse orgulho e satisfação foram claramente revelados pelo entusiasmo, disciplina e organização que o nosso Povo demonstrou no decurso da gigantesca operação de troca.

Esta VI Sessão da Assembleia Popular terá a oportunidade de ouvir o relatório da Comissão Central de Troca de Notas, e de apreciar a Lei da Criação da Moeda Nacional já aprovada pela Comissão

Permanente da Assembleia Popular.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Na presente fase da nossa Revolução, a batalha económica é decisiva.

No dia 18 de Março tomámos a decisão histórica de virarmos o cano das nossas armas para dentro e declaramos solenemente guerra ao inimigo interno.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional e nestes últimos anos da nossa independência, o Povo Moçambicano sempre sentiu a necessidade de fazer a guerra para conquistar a paz.

Através da guerra, pudemos conquistar a independência nacional e muito recentemente, ao rechacarmos vigorosamente o inimigo que agredia sistematicamente o nosso País, demos a nossa contribuição para a instauração de um clima de paz na zona.

Apesar da recente independência do Zimbábwe ainda permaneciam no interior do nosso País pequenos grupos de bandidos apoiados pelo exterior.

Estes bandidos são os mesmos agentes do colonialismo português que fugiram em debandada do nosso País após a derrota dos seus patrões.

São os mesmos GE's, GEP's, Comandos, OPV's e ANP's que se acolitaram à sombra do regime ilegal de Smith.

Agora, com a independência do Zimbábwe, estão em desespero. Como búfalos feridos de morte tornaram-se mais agressivos e não hesitam perante os mais horríveis crimes, assaltando, violando, pilhando e raptando velhos, mulheres e crianças.

Não hesitam em torturar, em mutilar e assassinar vidas inocentes. Não hesitam em queimar populações indefesas dentro das suas casas, da mesma maneira como aprenderam com os seus patrões colonialistas portugueses.

Esses criminosos estão apostados em lançar o terror, a instabilidade e a insegurança no nosso País.

Cumprindo as ordens dos seus patrões imperialistas têm como objectivo fundamental destruir o nosso poder, travar as grandes realizações económicas do nosso Povo. Pretendem evitar que materializemos as nossas profundas aspirações de vencer o subdesenvolvimento.

Esses bandidos, esses drogados, esses marginais, eram a esperança dos sabotadores infiltrados que detectámos durante a Ofensiva a nível do Aparelho de Estado.

Eles querem derrubar o Governo dos operários e camponeses.

Eles estão a soldo daqueles que perderam os seus privilégios. Daqueles que no nosso País viviam da exploração do Povo Moçambicano e possuíam terras, prédios e grandes empresas.

Mais uma vez, somos obrigados a fazer guerra para conquistar a paz.

Mais uma vez, e materializando no seu campo a decisão histórica de virar o cano das nossas armas contra o inimigo interno, as gloriosas FPLM sabem manter-se firmes e determinadas na defesa das conquistas da revolução, cumprindo deste modo o seu dever histórico.

Com coragem, determinação e valentia, o nosso povo armado, as FPLM, têm sabido limpar energeticamente as ervas daninhas que pretendem sufocar o crescimento da grande árvore que é a Revolução Moçambicana.

Os sucessos que alcançámos nas recentes ofensivas militares, são assim parte integrante da grande ofensiva lançada em todas as frentes para a criação de condições para o nosso desenvolvimento.

Ainda no âmbito da presente Ofensiva, está em curso a implementação do novo sistema de abastecimento.

Esta decisão irá permitir minimizar as dificuldades actuais de abastecimento ao realizar uma distribuição equitativa e racional dos produtos de primeira necessidade, a cada agregado familiar.

O novo sistema de abastecimento a iniciar em Maputo e a estender a outras importantes cidades do nosso País, é uma medida transitória.

Ela é uma acção de resposta a uma situação de factos. Vamos vencer esta situação elevando significativamente a produção de bens de consumo, organizando de modo racional os circuitos de comercialização e abastecimento no nosso País.

Senhores Deputados,

Realizámos recentemente eleições locais, dando cumprimento à Lei Eleitoral, materializando a Resolução sobre as Eleições Locais aprovada na 5.ª Sessão da Assembleia Popular.

As eleições locais de 1980 realizaram-se num momento de grandes acções no nosso País. Elas foram o espelho das nossas dificuldades e dos nossos avanços.

As eleições caracterizaram-se no essencial pela análise do trabalho e funcionamento das Assembleias do Povo através da prestação de contas, pela riqueza, rigor e profundidade de análise dos candidatos a deputados. Nelas esteve presente a preocupação de conhecer os problemas concretos do Povo em cada Distrito, Cidade e Localidade, tendo as Assembleias adoptado programas de trabalho que visam a sua resolução.

O Povo Moçambicano analisou com alta consciência e maturidade política os candidatos a deputados das Assembleias do Povo.

Nas eleições, o Povo Moçambicano viveu os valores reafirmados pela Ofensiva Política e Organizacional. Ao analisar os candidatos a deputados não só se preocupou com o seu comportamento político e moral, mas também com as suas qualidades de trabalho e profissionais.

O Povo distinguiu e elogiou os deputados que se destacaram pelo seu exemplo e dedicação, e desmascarou e rejeitou os infiltrados, corruptos, indisciplinados, passíveis, desleixados, incompetentes.

De novo o nosso Povo assumiu a vigilância revolucionária que o tem caracterizado, ao rejeitar os candidatos a deputados que não reuniam as condições para serem eleitos.

Deste modo, reforçámos a composição das nossas Assembleias do Povo, reforçámos o carácter de classe do nosso Estado.

A prestação de contas ao nível das Assembleias do Povo, foi um passo decisivo para a responsabili-

zação das Assembleias do Povo e de cada um dos deputados perante o Povo.

Através da prestação de contas conhecemos com maior exactidão e clareza o nível de funcionamento das Assembleias de Distrito, Cidade e Localidade, as suas conquistas e as suas deficiências bem como o grau de cumprimento das tarefas por parte dos deputados eleitos em 1977, as suas dificuldades e avanços.

Com as eleições locais, e em particular a prestação de contas, a Ofensiva Política e Organizacional também está a ser vivida até ao nível da localidade, o que importa reforçar e desenvolver.

A Comissão Nacional de Eleições vai apresentar o Relatório sobre o processo das eleições locais em 1980, competindo à Assembleia Popular pronunciar-se sobre a sua validade, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 da Lei Eleitoral.

É altura de analisarmos com toda a profundidade o processo eleitoral, seu significado e validade, de analisarmos o conteúdo da prestação de contas realizada pelas Assembleias do Povo e extrair as conclusões e lições que garantam a sua aplicação como prática permanente de trabalho.

As eleições locais de 1980, deram uma contribuição fundamental para levar a Ofensiva Política e Organizacional até à localidade.

Deste modo, os grupos de trabalho devem estudar o processo eleitoral de 1980, de modo a permitir que a Assembleia Popular retire conclusões decisivas para a dinamização das Assembleias do Povo ao nível local e do trabalho dos seus deputados.

Saibamos valorizar as eleições. Saibamos garantir o funcionamento das Assembleias do Povo, fazer delas um centro de trabalho permanente, de participação popular e de dinamização das grandes acções que temos de realizar na presente década, sob a direcção do Partido FRELIMO.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Desta Assembleia Popular sairão importantes decisões que vão permitir a consolidação das nossas conquistas e o avanço para novos sucessos.

Em cada grupo de trabalho desta Sessão da Assembleia Popular, os deputados deverão assumir a sua responsabilidade e participar activamente na busca das soluções mais adequadas para a resolução dos problemas que enfrentaremos na presente década.

O nosso objectivo na presente década é erradicar o subdesenvolvimento e consolidar a sociedade socialista.

O Comité Central do Partido FRELIMO definiu o carácter permanente da Ofensiva como forma de criar condições a todo o momento para a vitória contra o subdesenvolvimento.

Cabe ao deputado tornar esse combate, tornar a Ofensiva sempre permanente no seu local de residência, na sua fábrica, na sua escola, na sua reparação, no seu hospital, no seu Distrito, na sua Província.

Para isso deveremos todos sair desta VI Sessão da Assembleia Popular, com tarefas concretas no âmbito da Ofensiva.

O nosso deputado, enquadra-se nas grandes tarefas nacionais e representa em cada sector em que se encontra, o poder dos operários e camponeses.

Desta forma materializaremos de uma maneira consequente, a confiança que o Povo em nós depositou, porque seremos a imagem e o comportamento correctos a seguir, em cada etapa da nossa Revolução.

A LUTA CONTINUA!

Muito obrigado.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-22)

NOS NOSSOS LOCAIS DE TRABALHO E RESIDENCIA SAIBAMOS DESFERIR MAIORES DERROTAS AO INIMIGO

Presidente Samora Machel no encerramento da VI Sessão da Assembleia Popular

No encerramento da VI Sessão da Assembleia Popular, o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, pronunciou um importante discurso, no qual, não só se faz uma análise sobre as questões debatidas na sessão daquele órgão máximo do Poder do Estado, como também se evidenciam alguns pontos, a maior parte dos quais constitui aquilo que deve ser a tarefa de um deputado no seu local de trabalho e de residência.

Pela extrema importância de que reveste este discurso do Chefe de Estado moçambicano que constitui igualmente um valioso documento de estudo transcrevemo-lo seguidamente na íntegra:

SENHORES DEPUTADOS, SENHORES CONVIDADOS,

Durante uma semana estivemos reunidos para analisar a nossa vida, para escolher o melhor trilha para uma marcha mais segura e mais rápida.

O tema central das nossas discussões foi a Ofensiva Política e Organizacional. Analisámos o seu significado. Estudámos as formas de tornar a Ofensiva permanente. No contexto da Ofensiva, analisámos também o último processo de eleições locais e constatámos que ele reforçou o exercício do poder pelo povo.

Chegámos ao fim dos trabalhos da Sexta Sessão da Assembleia Popular.

A característica fundamental desta Sexta Sessão foi a discussão dos grandes problemas nacionais. Soubemos trazer aqui os problemas reais do nosso povo, fomos capazes de os discutir profundamente, de trazer e sintetizar a nossa experiência. Deste modo enriquecemos o nosso estilo e métodos de trabalho.

Na reunião da Assembleia Popular estiveram presentes, como cidadãos e patriotas, diversos convidados. Eles participaram activamente nas nossas discussões, trouxeram a sua experiência, e sua sensibilidade dos problemas. Participaram porque estávamos a discutir a vida da Nação, a vida de todos nós.

A nossa discussão revelou quadros cons-

cientes, quadros que acompanham os problemas, que os analisam de forma científica, que têm a perspectiva do nosso desenvolvimento, que vão ao detalhe porque sabem que nele está o segredo da vitória.

A nossa Assembleia Popular afirma-se assim cada vez mais como uma grande escola de democracia política. Esta Sexta Sessão constituiu um salto qualitativo no nosso estilo e métodos de trabalho.

Ela permitiu ver que é necessário avançarmos mais na organização democrática do nosso trabalho.

Nesta Sessão, os Deputados à Assembleia Popular ainda trouxeram, essencialmente, a sua experiência individual e a sua visão dos problemas.

Para ultrapassarmos esta limitação, as Sessões da Assembleia Popular devem ser preparadas a partir da base. Assim como é a base que faz filtragem dos seus representantes, é também a base que deve fazer a filtragem das ideias.

É na base que estão os problemas.

É na base, na localidade, que está a empresa, o hospital, a escola, a estrada, a pista de aviação, a cooperativa, a machamba estatal, a produção, o comércio, o abastecimento.

São as Assembleias de Localidade que devem resolver os problemas da sua zona. Elas não podem ficar à espera que os problemas

sejam resolvidos por outros níveis. Se a base fica à espera, não há necessidade de haver base.

São as Assembleias de Localidade que podem estudar e sintetizar os problemas e a experiência da localidade. É assim que a base alimenta o topo da mesma maneira que as raízes, profundamente enterradas na terra, alimentam toda a árvore. A base é a pedra angular de todo o exercício do nosso poder, a pedra angular da solução dos problemas.

Por isso, é necessário assegurar a ligação profunda das assembleias de localidade com as assembleias de distrito, destas com as assembleias provinciais. Só assim o Deputado da Assembleia Popular pode trazer aqui a realidade, a vida do nosso povo.

Assim, as leis que nós elaboramos são o resultado da compreensão profunda das necessidades e aspirações do nosso Povo.

É assim que os Deputados da assembleia de localidade estão em condições de difundir as leis da Assembleia Popular e organizar a sua aplicação, a nível da base.

SENHORES DEPUTADOS,

A 7.ª Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO analisou a Ofensiva Política e Organizacional e traçou orientações para o seu prosseguimento.

Cabe à Assembleia Popular estudar as formas de o Estado aplicar a Política do Partido. Neste contexto, a presente Sessão da Assembleia Popular analisou a Ofensiva, estudou as formas de a tornar permanente, traçou as tarefas das Assembleias e dos Deputados no prosseguimento da Ofensiva.

A Sexta Sessão da Assembleia Popular elaborou e aprovou uma importante resolução sobre a Ofensiva Política e Organizacional. Esta resolução deve ser difundida nas Assembleias do Povo em todos os escalões, deve constituir programa de acção de todos os deputados. Devem fazer desta resolução seu instrumento na vida do dia a dia, no seu local de trabalho, no seu local de residência.

A Ofensiva é desencadeada contra um inimigo concreto. No processo da luta armada de libertação nacional, aprendemos a importância de definir correctamente o inimigo, de nunca apontarmos ao povo alvos falsos.

Uma vez mais importa caracterizar correc-

tamente o inimigo.

Lutámos para derrotar o colonialismo.

Lutámos para sermos independentes.

Lutámos para fazer nascer a Nação moçambicana.

Lutámos para poder escolher livremente a nossa via de desenvolvimento.

Durante a resistência secular ao colonialismo, o inimigo estava bem identificado. Era o invasor estrangeiro, o ocupante.

No início da luta de libertação nacional, quando fundámos a Frente de Libertação de Moçambique, não foi fácil definir o inimigo.

O inimigo eram todos aqueles que se opunham à independência, que se opunham à unidade nacional.

O inimigo eram todos aqueles que tudo fizeram para destruir a FRELIMO, que tudo fizeram para manter o povo moçambicano dividido.

Mas não foi fácil definir o inimigo devido à origem do colonialismo e à diferente natureza da administração colonial, nas diferentes regiões.

No nosso País, os colonizadores foram europeus. Por isso era fácil confundir o inimigo com a cor da pele. Mas o colonialismo não tem cor. O colonialismo não tem raça, não tem pátria. O colonialismo não tem povo nem continente.

Houve colonialismo entre europeus. Portugal foi colonizado pela Espanha e o povo português lutou contra a colonização.

Houve colonialismo entre asiáticos. A China foi colonizada pelo Japão e o povo chinês lutou contra a colonização.

Se Moçambique tivesse sido colonizado por africanos, o povo moçambicano teria lutado como lutou contra o colonialismo português, bem como hoje o povo saharano luta contra o colonialismo marroquino.

A administração colonial assumiu duas formas no nosso País: administração directa e administração indirecta.

Nas regiões onde se verificava a administração colonial indirecta, o colonialismo utilizava os régulos feudais como seu instrumento. Eram eles que cobravam os impostos, que mandavam o povo para o trabalho forçado, que pilhavam a produção e oprimiam a população. Decidiam inclusive a vida do povo. O administrador colonial português não

aparecia aos olhos da população. Não era visível a contradição principal que opunha o povo ao colonialismo. Não era claramente visível que os régulos feudais representavam o colonialismo, que eles eram parte integrante do inimigo.

Foi também necessário definir o inimigo como todo aquele que se opunha à unidade nacional.

O colonialismo submeteu-nos porque foi capaz de manter o povo dividido. O colonialismo sempre soube que a nossa principal arma é a unidade.

Aprendemos que para fazer nascer a Nação, era necessário matar a tribo.

O tribalismo dividia o povo ao nível da Nação, ao nível da Província e mesmo ao nível do distrito.

O tribalista tem a visão restrita. O seu horizonte é fechado. É incapaz de aceitar a transformação. Por isso é reaccionário.

O tribalista é incapaz de aceitar outro interesse que não seja o do seu pequeno grupo.

O tribalista é ambicioso: é incapaz de defender os interesses do povo.

O tribalista, porque divide o povo ao nível da Nação, ao nível da província, ao nível do distrito, também divide os homens em termos de raça.

O tribalista é sempre racista.

Este fenómeno é universal. Há tribalismo na Ásia. Há tribalismo na América. Em Nações europeias com séculos de independência, ainda há tribalismo. Mas só aplicam esta palavra em relação aos africanos.

Na nossa região há tribalismo entre os brancos sul-africanos. O conceito de nação «boer» é uma forma de tribalismo. Mas o seu racismo leva-os a só falar do tribalismo em relação aos pretos.

Aprendemos que o tribalismo é o comandante em chefe das forças reaccionárias, das forças que nos agredem, das forças que nos enfraquecem.

No processo da luta de libertação nacional, o inimigo muda de carácter. Nas zonas libertadas surge, no nosso seio, a contradição entre os interesses do povo e os interesses dos novos exploradores, entre interesses socialistas e interesses capitalistas.

Os novos exploradores gostam utilizar o povo como seu instrumento para se substituí-

rem aos colonialistas.

Os combatentes, a população das zonas libertadas, assumiram gradualmente a consciência de que não era possível aceitarem os maiores sacrifícios, oferecerem a vida, apenas para que mudasse a cor da pele dos exploradores.

Perante o aprofundamento do carácter popular da luta armada de libertação nacional, o inimigo interno recorre uma vez mais ao tribalismo, ao regionalismo e ao racismo, para procurar impedir a transformação da luta armada em revolução. Alia-se directamente ao inimigo colonialista.

Porque soubemos definir correctamente o novo carácter do inimigo, fomos capazes de o vencer, de estabelecer o poder popular nas zonas libertadas.

Quando derrotámos o colonialismo, a nossa palavra de ordem foi: estender o poder popular a todo o País.

Nas zonas de administração colonial directa, nas zonas onde o capitalismo estava mais desenvolvido, isto é, nas cidades, a confrontação tinha ultrapassado a tribo. A confrontação era já entre interesses económicos. Aqui tinham nascido os aspirantes à burguesia nacional, que o colonialismo, perante a iminência da derrota, quis transformar em força contra a FRELIMO. Esses aspirantes assumiram esse papel.

Eram os que se contentavam com as migalhas do banquete colonial.

Eram os lacaios ansiosos por ficar na gerência das empresas, como procuradores dos créditos de rendimento, como administradores das plantações, como novos dirigentes do aparelho do Estado. No momento em que o colonialista se retirava fisicamente, eles queriam ficar e substituí-lo como representantes dos capitalistas estrangeiros. Eram os novos régulos. Aspiravam a gerir a exploração neocolonial.

Por isso aliam-se ao inimigo, tornam-se parte integrante dele, na oposição ao Poder Popular.

Entram nos partidos fantoches, nova forma de divisionismo. Tentam promover forças políticas com base no tribalismo, no regionalismo e no racismo. São os GUMOS, os MOCONE-MOS, os FROCOMOS, os FICOS. Nunca lutaram mas dirigem a mão com pretensões de representar o povo.

Quando derrotámos as tentativas neocoloniais eles passaram a utilizar a linguagem da FRELIMO para fazerem o assalto ao aparelho de Estado. São agentes das acções dos colonialistas para corromperem os quadros da FRELIMO, particularmente das Forças Populares de Libertação de Moçambique, para desviarem a FRELIMO do seu Programa popular. Surgem como directores e accionistas de empresas, como donos de plantações, como proprietários de prédios de rendimento. Quem lhes deu o dinheiro? Quem lhes ofereceu as acções?

Quando sentiram que os Grupos Dinamizadores exerciam o Poder do Povo, quando fizemos as nacionalizações, estes moçambicanos aspirantes à burguesia começaram a fugir de Moçambique, correndo atrás dos colonos que regressavam ao seu país. Os portugueses não fugiram daqui. Regressaram. Os que fugiram foram os moçambicanos.

Assistimos então ao fenómeno dos comerciantes de nacionalidade. Nasceram os Tembes do Algarve, os Cossas e os Makangas do Minho, os Manhiças e os Mapossas de Trás-os-Montes. Fugiram porque o explorador não tem Pátria.

No processo da nossa Revolução, no III Congresso da FRELIMO em 1977, definimos que o nosso sistema é o Socialismo.

Cada sistema tem os seus inimigos.

O inimigo do capitalismo é o povo.

O inimigo do socialismo é o explorador.

Por isso temos orgulho. O inimigo do nosso sistema é o explorador.

O inimigo não é abstracto. Quando falamos do capitalismo, quando falamos do imperialismo, não estamos a falar de inimigos distantes, fora das nossas fronteiras. Entre nós estão os agentes físicos do capitalismo. Vivem ao nosso lado. Cruzam-se connosco na rua. Sentam-se ao nosso lado no machimbombo. Vivem no nosso prédio. Estão na repartição, no hospital, na escola, na empresa, no polo, no armazém. Foram capazes de se infiltrar em sectores-chave da nossa vida.

O inimigo tem um objectivo estratégico: impedir a conquista da nossa independência económica e a construção do Socialismo em Moçambique.

Ao nível interno o inimigo actua com duas forças operacionais: os bandos armados e os agentes infiltrados.

O inimigo interno é idêntico ao primeiro

inimigo colonialista porque quer submeter de novo o nosso País à dominação estrangeira, à dominação do imperialismo.

É idêntico ao inimigo colonialista porque novamente nos quer dividir em tribos, em regiões, em raças. Os bandos armados que actuavam em Manica não permitiam a entrada dos bandos que actuavam na Gorongosa. Procuravam conquistar a adesão duma população prometendo um ministro da sua região. Incutiam ao bandido a ambição de ser o administrador do seu distrito, o governador da sua provincia, o régulo da região.

É idêntico ao inimigo colonialista no ódio ao povo. É esse ódio que explica as multiplicações que praticavam. Mafaram deputados porque eram representantes do povo. Cortaram orelhas, rasgaram lábios, amputaram braços. É esse ódio que explica as bombas colocadas em lugares públicos para matarem homens, mulheres e crianças. É o mesmo ódio dos massacres de Mueda, de Wiriyamu, de Chaofa, de Inhamitanga.

É idêntico ao inimigo colonialista na sua obstinação em impedir a felicidade e o progresso do povo. Os seus alvos são, por isso, essencialmente económicos.

Quando destruíam pontes e linhas férreas, quando disparavam contra camiões, autocarros e comboios, quando atacavam nas estradas, era com o objectivo de paralisar os transportes e as vias de comunicação, veias que irrigam o corpo da nossa economia. Quando lançavam acções contra importantes unidades económicas, como os depósitos de combustível da Beira, procuravam afectar sectores estratégicos da nossa economia. Quando atacavam aldeias comunais, cooperativas agrícolas, lojas nas zonas rurais, quando destruíam machambas e pilhavam os camponeses, visavam impedir o desenvolvimento normal da vida das populações, a produção, o abastecimento, o escoamento dos produtos, principalmente nos centros onde se organiza a nova sociedade no campo. Quando praticavam massacres e assassinatos e lançavam o terror, a sua intenção era criar a insegurança e a instabilidade que impedem o progresso e o desenvolvimento.

Por outros meios, mais subtis e camuflados, estes mesmos objectivos eram visados pelo inimigo infiltrado nas estruturas do aparelho de Estado, nos sectores produtivos, nos circuitos de comércio e abastecimento do

Povo.

O bagaço que se deixava arder no armazém, a matéria-prima que não vinha porque o BRL ficava perdido na gaveta, as máquinas que ficavam deliberadamente esquecidas no porto, eram a forma camuflada de paralisar a produção nas fábricas, e outra face do ataque armado a unidades produtivas.

A promoção da desorganização nos portos, aeroportos, aviação e caminhos de ferro, as centenas de camiões paralisados por falta de peças e falta de reparação, destruídos pela negligência, parados por não serem utilizados ou a circular sem carga, eram a outra face do ataque armado aos transportes e vias de comunicação.

O produtos de consumo retidos nos armazéns, o fomento das bichas, a desorganização sistemática dos circuitos comerciais eram a outra face das acções armadas que visavam impedir o desenvolvimento normal da vida das populações, o abastecimento e o escoamento dos produtos.

A transformação dos serviços mais directamente relacionados com as grandes conquistas do nosso Povo em centros de desorganização, em covis de ladrões e malfeteiros, era a outra face das acções armadas contra os centros de organização da nova vida no campo.

O desprezo pelo povo, o abuso do poder, as atitudes de intimidação e repressão do povo eram a outra face das acções armadas para a criação dum clima de terror, medo e insegurança.

O primitivismo dos bandidos armados e a desorganização dos portos e APIE; ataque aos depósitos de combustível e incêndio do bagaço no armazém de Ginwala; carro-bomba no Hotel Polana e produtos sepultados nos armazéns da CCGROPA — tudo isto pertence a uma mesma teia de acção inimiga.

O agente do inimigo que utilizava o burocratismo esperava, sentado na rebarbante, que as acções armadas abrissem o caminho para materializar a sua ambição. O bandido armado confiava que a acção do agente infiltrado criasse a paralisção da vida económica do País.

O agente infiltrado do inimigo e o bandido armado são as duas faces da mesma moeda.

Por todos os meios, a acção do inimigo visa apresentar o socialismo como sistema

que faz picar a vida do povo. Visa gerar a insatisfação no seio do povo, separar as massas da sua Direcção, criar as condições para derrubar o Governo popular.

O grau e a extensão da acção do inimigo, a sua presença física nos sectores-chave da nossa vida, a sua presença ideológica nas nossas estruturas e nos métodos de trabalho constituíam o obstáculo principal; o travão que impedia o nosso avanço.

A batalha da década é incompatível com a coexistência com o inimigo. Uma vez mais, a questão fundamental da revolução, a questão do poder, estava colocada frontalmente. No leme do barco, não pode estar ao mesmo tempo a mão do progresso e a mão do retrocesso, mão da revolução e a da reacção, a mão do povo e a mão do capitalismo. Era necessário desencadear o combate sem tréguas para desalojar o inimigo, para obrigá-lo à defesa passiva. Para obrigá-lo a tirar a mão do leme.

Por isso, desencadeámos a Ofensiva Política e Organizacional.

Devemos estar conscientes de que o inimigo não desarma. Ele tira lições de cada derrota que sofre.

Na nossa zona, o imperialismo acaba de sofrer pesadas derrotas. A vitória do Zimbábwe foi uma derrota do imperialismo.

O aniquilamento dos bandos armados em Moçambique foi uma derrota do imperialismo.

A primeira fase da Ofensiva, em que o nosso Povo identificou claramente o inimigo infiltrado e começou a desalojá-lo, foi uma derrota do imperialismo.

A estas derrotas o inimigo resgata com novas táticas.

No plano externo constatamos a crescente agressividade do regime racista sul-africano, principal bastião do imperialismo na nossa zona. O regime de Pretória invadiu de novo a República Popular de Angola; ameaçou a República da Zâmbia; fez ameaças de intervenção militar na República Popular de Moçambique e na República do Zimbábwe; é base do lançamento de acções subversivas contra todos os países da nossa zona.

Uma forma particularmente insidiosa de subversão é levada a efeito nas nossas zonas fronteiriças. São as zonas em que o confronto entre o nosso sistema e o sistema capitalista é mais agudo. Nelas, o inimigo tenta desmons-

trar a pretensa superioridade do capitalismo. Temos fronteiras com países em que o tribalismo, o regionalismo e o racismo são valores. Por isso, devemos levar a cabo um grande trabalho político, ideológico, económico e cultural nas zonas fronteiriças.

As Assembleias e os deputados, ao nível da localidade, têm aqui tarefas importantes.

Ao nível interno o inimigo infiltrado reage contra as vitórias da Ofensiva Política e Organizacional.

Particularmente nos sectores produtivos, procura lançar a confusão entre as estruturas para impedir que se consolidem métodos correctos de direcção e de trabalho.

O inimigo vai continuar a sabotagem. Vai continuar a promover a corrupção, a incompetência, o desleixo, vai tentar defender o espírito de clique, as alianças na base do compromisso, na base do tribalismo, do regionalismo e do racismo.

O inimigo continuará a formar bandos armados, com uma nova base directa de apoio exterior.

Unidos pelo nosso Partido PRELIMO, galvanizados pela batalha exaltante da década, com as nossas forças retemperadas pelo impeto da Ofensiva, identificaremos o inimigo em todos os seus disfarces, liquidaremos todas as suas manobras.

SENHORES DEPUTADOS,
SENHORES CONVIDADOS,

Ao desencadearmos o processo da criação das primeiras Assembleias do Povo efeitas, definimos os nossos Deputados como aqueles que servem o Povo, aqueles que efectivamente dirigem o Estado da aliança operário-camponesa.

Representar e servir o Povo não é uma coisa abstracta. Representar e servir o Povo é, em primeiro lugar, conhecer os seus problemas, compreender a complexidade da nossa Sociedade. É assim que a primeira tarefa do Deputado é conhecer e compreender e apreender cada um dos fenómenos, políticos, económicos, sociais, culturais, do nosso Estado, desde a localidade até à Nação.

Representar e servir o Povo é viver no seio do Povo: é viver os seus problemas, as suas dificuldades e os seus sucessos. É trabalhar com o Povo, na fábrica, na oficina, na Aldeia Comunal, na cooperativa, no hospital, na ma-

ternidade, na escola e no bairro.

Representar e servir o Povo é contribuir numa forma activa e permanente para a solução dos problemas do Povo.

Por isso, todos os nossos Deputados, a todos os escalões das Assembleias têm tarefas concretas e bem determinadas.

Nós, os Deputados, somos um exército imenso e poderoso. Um exército organizado, disciplinado, que vê os problemas do Povo com olhos de ver, que orienta o Povo.

Um exército sempre pronto para fazer triunfar os objectivos da década.

E o primeiro combate em que estamos empenhados é o de liquidar a fome.

Liquidar a fome significa fazer com que as nossas crianças nasçam saudáveis, belas e fortes. Significa diminuir drasticamente a mortalidade infantil, a doença, eliminar o raquitismo e a subalimentação, garantir a longevidade.

Liquidar a fome significa termos cidadãos fisicamente robustos, cheios de vigor e inteligência. Significa criar beleza.

Liquidar a fome é produzir mais comida.

É produzir mais milho, mais trigo, mais arroz, mais meloeira, mais mapira, mais feijão, mais mandioca e batata.

Temos de produzir tudo isto para comer.

Matar a fome significa diversificar a alimentação do nosso Povo e melhorar a sua dieta alimentar.

Significa que em todo o nosso País devemos produzir batata reino, batata-doce, devemos produzir feijão frade, feijão jugo, feijão nyemba, devemos produzir soja, ervilha, alface, cebola, alho, tomate, cenoura, abóbora, nabo, rabanete, repolho, couves.

Temos de produzir mais amendoim, mais girassol, mais gergelim, mais copra, mais mafurra.

Temos de produzir tudo isto para alimentar o nosso Povo. Temos de produzir tudo isto para garantir as matérias-primas necessárias para a nossa indústria e assegurar o óleo e o sabão que consumimos.

A carne é indispensável à alimentação saudável do nosso Povo.

Para produzirmos a carne de que necessitamos temos de criar mais coelhos, mais galinhas, mais patos, mais perus. Temos de produzir mais ovinos, mais cabritos, mais ovelhas, mais porcos, mais gado bovino.

Quando desenvolvemos a criação de gado,

estamos também a produzir a pele para indústria de curtumes e de calçado; com que fabricamos os sapatos, as carteiras, as malas. Dos cascos e chifres podemos fabricar botões e pentes.

Para melhorar a alimentação do nosso Povo temos que aumentar a produção de frutas.

Vamos produzir mais laranjas, mais toranjas, mais tangerinas, mais abacate, mais papaias, mais bananas, mais ananás e mais mangas.

Há Províncias com condições especiais para a produção de determinadas frutas.

Estas condições devem ser inteiramente aproveitadas.

Em Niassa, na Argónia, em Manica, temos que desenvolver a produção de maçãs, de pêras, de pêsegos, de uvas, de morangos, de litchis e de ameixas.

Nós necessitamos de tudo isto para comer. Precisamos de tudo isto para que a nossa alimentação seja rica e diversificada. Precisamos de tudo isto para desenvolver a nossa indústria alimentar.

Precisamos de tudo isto para desenvolver a indústria de sumos, a indústria de compotas, de conservas, de enlatados, de massas alimentícias, de bolachas, de enchidos.

Precisamos de tudo isto para exportar e garantir assim as divisas com que vamos comprar o tractor, o camião, a bomba de irrigação, o motor eléctrico, as combinadas e as peças sobressalentes que ainda não produzimos.

Na localidade, o deputado está na vanguarda do combate para o desenvolvimento destas produções.

A saúde e o bem-estar do nosso Povo passam igualmente pela total eliminação da nudez.

Para eliminarmos a nudez temos de produzir mais algodão.

O algodão que cultivamos garantirá que as nossas fábricas produzam a capulana, a camisa, a calça, o lenço, o fato, o vestido, o cobertor, a gravata, as meias, os lençóis, o tecido de que necessitamos.

Produzir mais algodão implica termos de construir mais fábricas têxteis.

É assegurar trabalho para milhares de operários e economizar as divisas de que tanto precisamos.

Nós, os Deputados das Assembleias do

Povo, temos de garantir que todos estes objectivos sejam alcançados.

As Assembleias do Povo têm de saber definir metas, traçar programas e controlar o seu cumprimento.

Os cereais, a carne, os vegetais, a fruta, o peixe, o tecido, não nascem na loja. Nenhum deles se produz na loja.

Todos eles vêm das nossas machambas e são transformados nas nossas fábricas.

As machambas, as cooperativas, as aldeias comunais, as fábricas, as empresas, estão na localidade.

E é na Localidade onde vivem e trabalham os Deputados.

É na Localidade que está o segredo para a eliminação da fome e da nudez.

É na Localidade que os Deputados devem ser os agentes dinamizadores do cumprimento dos planos de produção.

É na Localidade que venceremos o subdesenvolvimento.

Vencer o subdesenvolvimento é produzir:

- mais açúcar
- mais chá
- mais camarão
- mais madeiras
- mais algodão
- mais caju

Vencer o subdesenvolvimento é organizar e desenvolver a produção do café.

O aumento destas produções vai assegurar-nos as divisas que nos permitirão realizar os grandes projectos de desenvolvimento. Muitos de nós pensam que basta deixar o caju nascer e crescer por si só. O cajueiro não é uma árvore selvagem.

Temos de valorizar esta nossa riqueza.

Valorizar o cajueiro significa cuidar dele, limpá-lo, adubá-lo, combater vigorosamente os bichos e as queimadas que o destroem.

Devemos cuidar do cajueiro como cuidamos das nossas crianças.

Valorizar o cajueiro é fazermos novas plantações.

Não podemos ficar satisfeitos com os 4 quilos de castanha que cada cajueiro dá no nosso País.

O cajueiro pode produzir muito mais. Tem de produzir muito mais.

Há países onde o cajueiro dá 30, 40 e até 60 quilos de castanha. E no nosso País dá 3 e 4 o máximo.

Valorizar o cajueiro é estabelecermos quantos cajueiros vamos plantar em cada ano e quanto vamos colhar.

E sebermos aproveitar todas as suas múltiplas utilizações.

Comemos a castanha de caju. Com ela confeccionamos bolos e chocolates. Dela extraem-se óleos especiais.

São dezenas os produtos obtidos da castanha de caju. Hoje estão inventariadas centenas de aplicações do óleo da casca de caju.

Cerca de 20 000 operários trabalham na indústria de transformação da castanha de caju.

O Deputado tem uma especial responsabilidade na garantia do cumprimento de todas estas tarefas.

O nosso País é rico em madeiras.

Madeiras com que produzimos os nossos barcos, os cabos das nossas enxadas e as nossas casas.

Madeiras com que fabricamos as mobílias para tornar cómodas e agradáveis as nossas casas.

Madeiras com que construímos as carteiras para as escolas onde estudam os nossos filhos.

Não podemos permitir que esta nossa riqueza, que as nossas florestas, sejam criminosamente destruídas pelo fogo das queimadas.

Os Deputados são responsáveis por mobilizar todo o Povo para o combate enérgico às queimadas; são responsáveis por garantir a conservação e valorização das nossas árvores.

Temos que produzir mais sisal, mais juta e mais kenaf.

Hoje sentimos falta de corda e sacos.

Sem os sacos não podemos escoar os nossos produtos, não os podemos comercializar.

Não podemos fazer chegar os nossos produtos às fábricas.

Aumentar a nossa produção significa que temos de construir na localidade as pequenas represas.

Elevar a nossa produção implica aumentar as áreas de cultivo, significa desenvolver as técnicas de cultivo.

Estas realizações estão ao nosso alcance.

Eles são o produto da nossa iniciativa, do trabalho árduo, da nossa inteligência, das nossas mãos.

Aumentar a produção significa garantir o seu escoamento.

Aumentar a produção exige conservar as picadas, conservar as estradas que temos. Exi-

ge abrir novas picadas, construir mais estradas.

Estas são tarefas que a população deve assumir ao nível das nossas localidades.

Os Deputados devem mobilizar as populações. Os Deputados devem mobilizá-las para a realização destas tarefas.

SENHORES DEPUTADOS,

SENHORES CONVIDADOS,

A nossa batalha contra o subdesenvolvimento exige que dediquemos uma atenção especial à educação dos nossos filhos, das nossas crianças, dos nossos jovens.

Exige que o Deputado participe da vida das nossas escolas.

Na escola cimeta-se a unidade nacional.

Na escola enraizam-se os valores do patriotismo.

Nela se forja a personalidade moçambicana.

Na escola conhecemos o nosso País, a História do nosso Povo, a História da Humanidade.

É na escola onde se liquida o analfabetismo, o obscurantismo, o tribalismo, o racismo, a ignorância.

É na nossa escola que se forma o homem que garante a continuação da Revolução.

Os Deputados têm de compreender e assumir o papel da escola na construção do nosso futuro.

Quantos Deputados, perguntaria, conhecem as nossas escolas?

Quantos Deputados conhecem as escolas da sua localidade, a escola onde os seus filhos estudam?

O esforço que o Estado investe na educação é uma exigência da criação do bem-estar do nosso Povo, é uma exigência do desenvolvimento do nosso País, é uma exigência da edificação do Socialismo.

Cada Deputado tem o dever de garantir que todo esse esforço atinja os seus objectivos.

Os Deputados têm o dever de contribuir activamente para o bom funcionamento das nossas escolas. Têm o dever de contribuir para a boa formação dos nossos filhos.

Os Deputados devem ir às escolas viver os seus problemas. Devem ir às escolas conhecer a sua vida, os seus programas, a sua organização. Os Deputados devem conhecer e trabalhar com a Direcção da escola, saber

quantos alunos a frequentam, quantos professores nela ensinam, qual é o aproveitamento dos alunos, como está organizada a escola. Os Deputados devem participar activamente no combate à indisciplina, às faltas sistemáticas, às reprovações, à corrupção, à droga, que ainda subsistem nas escolas.

Eles, devem promover os bons hábitos, de higiene e limpeza nas escolas.

Os Deputados devem esclarecer e mobilizar os pais para que assumam as suas responsabilidades, para que assumam os seus deveres como educadores.

O aluno, indisciplinado, o aluno corrupto, o aluno que aparece sujo na escola, reflecte o exemplo que lhe é dado pelo pai, pela mãe, pela vida familiar.

Quando um aluno é indisciplinado, falta às aulas, não cumpre os seus deveres, devemos exigir responsabilidades ao pai, à mãe, ao encarregado de educação.

Ser indisciplinado, faltar às aulas, reprovar, é desrespeitar o sangue, o suor e o sacrifício de todo o Povo, de todos os que combateram e morreram para libertar a escola.

O inimigo incentiva a indisciplina, a corrupção, a droga nas nossas escolas.

O inimigo faz das escolas o seu alvo preferido.

O objectivo do inimigo é desorganizar as nossas escolas, é impedir o nosso crescimento, é perpetuar, em última análise, o subdesenvolvimento.

Mas a nossa escola tem de ser modelo. O nosso professor tem de ser modelo. O professor tem de dar exemplo de uma vida sã, tem de garantir a qualidade do ensino.

Queremos que os alunos das escolas sejam disciplinados e estudiosos.

Queremos que os alunos sejam delicados, limpos, correctos, dotados de espírito criador, de espírito de sacrifício.

Não queremos que as nossas escolas formem medíocres.

Queremos que os nossos alunos, os nossos filhos sejam brilhantes.

A nossa escola produz o agrónomo, o regente agrícola, o contabilista, o economista, o geólogo, o maquinista, o tractorista.

Produz o carpinteiro e o pedreiro, o motorista, o médico, o enfermeiro, o jurista, o agrimensor, o sapateiro, o secretário, o escriptorista e o dactilógrafo.

A escola que concebemos forma os quadros, os cientistas, os técnicos, os operários,

os trabalhadores capazes de dominar a ciência e técnica, capazes de servir o Povo, capazes de assegurar o triunfo da Revolução.

Por isso definimos a escola como a base para o Povo fomar o poder.

A nossa escola é um instrumento fundamental para acelerar o processo da luta contra o subdesenvolvimento.

Onde vive, onde trabalha, onde quer que se encontre, o Deputado é o exemplo, é a alavanca.

Na fábrica ele é o exemplo.

Não podemos aceitar que uma fábrica onde trabalha um Deputado paralise por indisciplina, por desorganização, por irresponsabilidade, por negligência, por incuria.

Não podemos aceitar que uma fábrica de copos, de pratos, de talheres; uma fábrica de tecidos, de fósforos, de sabão, de bicicletas; uma fábrica de charruas, de pilhas, de rádios; não podemos aceitar que uma fábrica paralise e o Deputado que nela trabalhe assista passivamente.

O Deputado deve ter consciência do valor do trabalho, da necessidade fundamental da organização, da responsabilidade, da disciplina. Ter consciência disso é contribuir para que todos assumam o seu dever como trabalhadores dedicados, como produtores que libertam o País da miséria, do atraso, do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento é o nosso maior inimigo.

Subdesenvolvimento significa dependência.

Subdesenvolvimento significa viver a ver os outros viver.

Subdesenvolvimento é aceitar permanecer eternamente vencido pela fome, pela nudez, pelo obscurantismo, pela superstição.

Subdesenvolvimento é a permanente incapacidade de criar. É aceitar a fatalidade da miséria.

Subdesenvolvimento é estar parado no tempo; é não evoluir; é morrer lentamente para que viva e cresça a exploração.

Por isso recusámos o subdesenvolvimento. Por isso declaramos guerra ao subdesenvolvimento para o vencermos nesta década.

SENHORES DEPUTADOS,

SENHORES CONVIDADOS,

É no bairro da cidade, da vila, da localidade, da aldeia comunal que o Deputado vive.

Aí também a sua influência educativa se deve fazer sentir sobre os moradores, sobre os cidadãos.

A limpeza do bairro, a criação de parques e jardins, a boa utilização dos prédios, o embelezamento das casas, são tarefas que devem ser permanentemente dinamizadas pelos Deputados.

O bom funcionamento da cooperativa, a limpeza do talho, a cortesia e a amabilidade dos trabalhadores das lojas, das repartições, das padarias, dos restaurantes, os machimbombos, os cinemas e dos hospitais reflectem a influência da acção disciplinadora, orientadora, educativa dos nossos Deputados.

A nossa experiência ensina-nos que a organização e o correcto enquadramento da população é um factor fundamental para garantir o exercício do Poder Popular.

Recordamos uma vez mais o papel fundamental que os Grupos Dinamizadores desempenharam quando a Frente de Libertação de Moçambique estendeu o poder a todo o País. Eles assumiram a defesa da Independência Nacional, a defesa dos interesses das massas trabalhadoras, a defesa dos interesses do Povo.

Os Grupos Dinamizadores garantiram em todos os cantos do nosso País a implantação e o exercício do poder popular.

É esta experiência que temos de saber valorizar e desenvolver.

A resolução dos problemas da população no bairro, na alameda comunal, na cidade assenta na organização da participação criadora dos cidadãos ao nível da base.

É na base que os problemas estão. É lá que devem ser primeiramente discutidos os problemas, é lá que devem ser encontradas as soluções imediatas.

Os Grupos Dinamizadores são estruturas sociais fundamentais para o correcto enquadramento da vida quotidiana dos cidadãos.

Os Grupos Dinamizadores devem ser estruturados e orientados para realizarem as importantes tarefas que lhes estão atribuídas.

Cabe aos Deputados acompanhar e apoiar a actividade dos Grupos Dinamizadores, contribuir para que eles assumam as suas tarefas. Contribuir para que apliquem as decisões das Assembleias do Povo integrando as massas nas tarefas da comunidade.

SENHORES DEPUTADOS,

Vivemos dias de trabalho intenso.

Soubemos dedicar as nossas energias, os nossos conhecimentos para fazer da nossa Assembleia uma verdadeira escola de aprendizagem, um organismo vivo. Nela exprimimos a vida do nosso Povo, as suas dificuldades, as suas aspirações.

Aprofundámos o nosso conhecimento mútuo. Conhecemos melhor o nosso País.

Consolidámos uma vez mais a nossa unidade. Soubemos assumir o papel de órgão supremo de direcção do nosso Estado.

Regressamos aos nossos locais de trabalho e de residência para desferir maiores derrotas ao inimigo, regressamos reforçados na nossa determinação de levar a cabo as tarefas que nos foram cometidas.

Saibamos transmitir a experiência desta 6.ª Sessão, todos nós, deputados e convidados, aos nossos locais de residência, aos nossos locais de trabalho, às nossas Assembleias.

A todos desejamos boa saúde, um feliz regresso, bom trabalho.

Queremos saudar o Secretariado, dactilógrafos, jornalistas, os operários, o protocolo, os motoristas, os serventes, os cozinheiros, os artistas, em suma, todos os trabalhadores que, pela sua dedicação, cortesia e espírito de sacrifício contribuíram decisivamente para o sucesso dos nossos trabalhos.

A LUTA CONTINUA!

A REVOLUÇÃO VENCERÁ!

O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-27)

Tal como no passado contra o colonialismo

ESTAMOS HOJE JUNTOS NO COMBATE CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO

-Presidente Samora Machel, no comício realizado na quinta-feira em Salibúria

Publicamos hoje o texto integral do importante discurso proferido pelo Presidente Samora Machel no estádio de Rufaro, em Salisbúria, perante uma multidão de cerca de 50 mil pessoas que o interromperam inúmeras vezes para aplaudir as suas palavras. E o seguinte o texto do improvisado do Presidente Samora Machel:

Hoje, em Moçambique celebramos a independência. Dizemos: Povo de Zimbabwe, estamos independentes. Moçambique não estava independente, porque o Zimbabwe continuava dominado. O nosso Estado não era um Estado sólido, era um Estado ameaçado. Era um Estado agredido. Estava na ponta da mira do imperialismo que pretendia destruir a República Popular de Moçambique.

Significa que todas as armas estavam viradas contra a República Popular de Moçambique, viradas contra o Povo de Moçambique, viradas para impedir a consolidação da nossa independência.

Agora dizemos: obrigado Povo de Zimbabwe, que consentiu sacrifícios para que Moçambique fosse livre. Hoje estamos independentes, somos livres, somos um Estado sólido, somos um Estado estável, desenvolvemos livremente a democracia popular. O nosso Povo, hoje, de dia e de noite, canta e dança, porque o Povo de Zimbabwe está independente, porque o Zimbabwe está livre. Obrigado, Zimbabwe.

Nós não dávamos ajuda ao Zimbabwe, tratava-se da nossa libertação. Libertámo-nos, da opressão, libertámo-nos da discriminação racial, libertámo-nos da humilhação e vivemos livremente a nossa cultura, a nossa economia, a nossa unidade. Isso não era possível enquanto uma parte do nosso corpo continuava oprimida. E esta parte era Zimbabwe.

Hoje, é bonito falarmos disso. Vemos os longos beirais, vemos as cores vividas, vemos a libertação da nossa cultura, da nossa música, da nossa dança.

Alguns de nós tiveram que aceitar a morte, para libertar a maioria. Toda esta alegria é o resultado de sacrifícios, é o resultado de derramamento de sangue durante séculos. É o resultado da vitória contra a humilhação, contra o colonialismo. É o resultado da resistência do Povo de Zimbabwe; resultado da determinação do Povo de Zimbabwe; resultado da coragem do Povo de Zimbabwe; resultado de heroísmo do Povo de Zimbabwe, que soube combinar a inteligência com a força. A inteligência combinada com a força transformou-se numa força imensa, transformou-se em material vivo para destruir o inimigo.

O primeiro inimigo do Povo do Zimbabwe foi o colonialismo britânico. O colonialismo britânico era uma forma clássica do colonialismo. A ocupação de um território por estrangeiros, ocupação física do País, com o seu exército, com a sua polícia, com as suas leis, com a sua cultura, com a sua economia, com a sua educação, com a sua civilização. Tudo estrangeiro, para oprimir o nacional.

Foi assim o colonialismo britânico no Zimbabwe. Para isso teve de matar Monomotapa. Teve que matar Lobengula, Rozwi, para poder ficar aqui. Para se instalar teve de praticar crimes. Matou.

O colonialismo alimenta-se de sangue, o colonialismo alimenta-se de vidas e depois explora as nossas riquezas para desenvolver o seu país e desenvolve no nosso país a ignorância, o analfabetismo, a doença crónica. Assim foi no Zimbabwe.

UMA LUTA PARA IMPOR A JUSTIÇA

Depois, afastou-se o colonialismo britânico, deu lugar a um regime nacional, também regime sanguinário, regime fascista, regime altamente racista, regime ilegal, regime minoritário, regime para oprimir a maioria. Todos nós conhecemos isto. Não é novo também para o Povo de Zimbabwe. É bom recapitularmos estas páginas tristes da história.

O colonialismo britânico alimentou-se do sangue dos filhos do Zimbabwe. A luta que nós fazemos é a continuação da luta feita por Lobengula, por Rozwi e outros. É a mesma luta que nós continuamos a fazer. Esta luta que Mugabe dirigiu é a continuação da mesma luta.

Na altura fomos vencidos, porque nós lutávamos com zagais e flechas contra espingardas, contra canhões. Mas mesmo assim, resistimos. E este regime ilegal sobreviveu uma dezena de anos à custa de sangue, oprimindo esta maioria toda que está aqui. Mais de 7 milhões oprimidos por uma pequena minoria, que se apoderou do poder político e económico; que se apoderou dos instrumentos do colonialismo britânico, que são o exército e a polícia para se instalar durante uma dezena de anos no poder, matando zimbabweanos enforcando crianças, enforcando mulheres, enforcando velhos, enforcando nacionalistas. E assim conseguiu viver o regime.

Então, vocês organizaram a luta armada no Zimbabwe, para impor a justiça. A justiça que impôs a luta de Libertação Nacional não é justiça negra. A justiça era contra as forças retrógradas que eram contra a paz, e o progresso. A luta do Zimbabwe não era para substituir a injustiça racista branca pela injustiça racista negra. Não era para substituir a injustiça rodesiana, pela injustiça zimbabweana. Era para estabelecer a justiça. É por isso que queremos hoje agradecer a todos que apoiaram a guerra do Zimbabwe. A guerra do Zimbabwe não foi apoiada só por pretos. O continente europeu apoiou a guerra do Zimbabwe. Em primeiro lugar, os Países Socialistas; em segundo lugar as forças progressistas e democráticas de toda a Europa, incluindo os países onde a democracia existe. A guerra do Zimbabwe foi apoiada pelo Continente Asiático. Os amantes da paz, amantes do progresso, amantes da justiça, apoiaram a guerra do Zimbabwe. O continente Latino-Americano

apoiou a guerra do Zimbabwe, porque a vossa guerra era uma guerra justa, contra a dominação opressiva, racista e sanguinária. Era para estabelecer a sociedade nova, de igualdade entre os homens, era para criar a cultura, não de minoria mas a cultura zimbabweana, a cultura nacional. É esta civilização que nós queremos criar. É esta a civilização do Povo de Zimbabwe.

UMA CULTURA DE TODO O POVO

A cultura nacional é de todos os zimbabweanos, uma cultura inspirada no sofrimento do Povo, uma cultura inspirada no dia a dia. Quando nós produzimos na fábrica, quando nós produzimos na machamba, quando nós produzimos o nosso tractor, o nosso camião, inspiramo-nos aí para a nossa cultura. É esta a civilização do Zimbabwe. A luta do Zimbabwe era para dar dignidade ao homem zimbabweano, era para criar o orgulho no zimbabweano, de ser zimbabweano! Havia duas nações num só país: Rodésia para os brancos, Zimbabwe para os pretos. Hoje nasceu um Zimbabwe único, Zimbabwe para brancos, Zimbabwe para indianos, Zimbabwe para mulatos, Zimbabwe para pretos. Já não há preto, já não há branco, já não há mulato. Mas há zimbabweanos.

É a bandeira do Zimbabwe sobre todo o zimbabweano. É o vosso orgulho, o símbolo da vossa vitória, o símbolo do vosso heroísmo, o símbolo da vossa coragem, o símbolo da nossa determinação, o símbolo da unidade de todos os zimbabweanos independentemente da sua ideologia. Esta bandeira é o resultado da resistência heroica. Tem o sangue do nosso amigo Leopold Takawira, tem o sangue do nosso amigo Herbert Chitepo, Jason Moyo, tem o sangue do nosso Alfred Mangweni, tem o sangue do nosso grande herói Josiah Tongogara.

Perante esta bandeira não há ndebeles, não há shonas, não há manyicas, não há rozwis, só há zimbabweanos. Não há branco, não há preto, só há zimbabweanos. Obrigado Povo de Zimbabwe. Morreram na Zâmbia. Foram massacrados, resistiram. Foram mortos em Botswana, resistiram. Foram mortos em Angola, resistiram. Foram mortos na Tanzânia, resistiram. Foram mortos em Nyazônia,

em Nyangau, morreram em várias partes de Moçambique, resistiram. Foram mortos aqui, enterrados vivos. Queriam a independência, queriam a liberdade.

LIBERTARAM TAMBÉM OS OPRESSORES

E, hoje, ao libertar-se, libertaram também os opressores. Libertaram os racistas. Já não há racistas no Zimbabwe. O racismo não tem lugar no Zimbabwe. Ao libertar-se, liquidaram os complexos de inferioridade e complexos de superioridade em relação a outros. A luta armada foi a forma mais alta do acto cultural que era o combate pela libertação. Nós visitámos Fort Victoria, Buffalo Range, Bulawayo. Em cada lugar encontramos uma gota de sangue, encontramos uma gota de suor de cada zimbabweano, para ser independente, para ser igual a todos os homens, para ser um ser humano. Mas, ao mesmo tempo, em cada passo que nós demos, encontramos um acto de libertação. E, ao libertar a terra, libertaram também os homens. É inseparável este acto, este acto cultural, eminentemente cultural. É a luta armada.

Eu vim para dizer a verdade. A verdade dói. A verdade castiga. A verdade fustiga. Mas ela é verdade. Uma verdade contém a pureza, não tem excepções. Agora, a mentira, tem pernas curvas. E a verdade tem de ser dita para podermos fazer a história. Senão vamos dizer aqui: «olha já somos iguais todos, quando alguns não se libertaram do seu racismo, quando alguns não se libertaram do seu tribalismo. O tribalismo é a forma mais atrasada dos homens. O tribalista é um homem primitivo. O tribalista é um homem ultrapassado pela exclusão, pelo desenvolvimento, pelo progresso. Em si, o tribalista é um homem de visão curta. Quer tudo hoje. É um homem altamente egoísta, altamente ambicioso. Quer tudo para ele e nada para os outros. Não pode servir o Povo. Absino o tribalismo!

É preciso liquidar o regionalismo, é preciso liquidar o divisionismo para construirmos um Zimbabwe forte, um Zimbabwe unido, um Zimbabwe sólido e pacífico. Um Zimbabwe democrático. Mas é preciso liquidarmos o tribalismo. Para liquidarmos o tribalismo, para que possamos liquidar o racismo, a independência chegou, meus irmãos. Mas é o começo do trabalho, o trabalho da reconstrução nacio-

nal. A reconstrução nacional não será feita em dois anos, não será feita em cinco anos. A reconstrução nacional é permanente. Eu ouvi dizer que no Zimbabwe há muitos quadros e, por isso, o Zimbabwe vai avançar muito depressa. Não tenham ilusão, meus irmãos. Para que todos tenham escola é preciso dinheiro, é preciso quadros, é preciso o engenheiro, é preciso o arquitecto, é preciso o desenhador, é preciso o electricista, é preciso o canalizador. E quantas escolas são necessárias no Zimbabwe? Para que cada um tenha direito à saúde, realmente tenha saúde, precisamos de muitos hospitais e muitos hospitais necessitam de muitos médicos, necessitam de muitos farmacêuticos, necessitam de muitos analistas, necessitam de muitos enfermeiros, parteiras.

E para que tenhamos a indústria pesada no Zimbabwe necessitamos de engenheiros. Para construir mais barragens no Zimbabwe e para produzirmos anualmente e não esperarmos a chuva, precisamos de construir a irrigação de todo o Zimbabwe. Para que todos tenham comida, tenham pão, tenham batata, tenham feijão, tenham tomale, tenham cebola, para que todos tenham carne, necessitamos de tantas cabeças de boi, necessitamos de tantos carneiros e ovelhas, necessitamos de tantos cabritos, necessitamos de tantas galinhas. Para que todos tenham leite, para que todos tenham manteiga, para que todos tenham queijo, necessitamos da nossa inteligência, mais uma vez. Para que todos, para que cada criança tenha um litro de leite, tenha ovos, necessitamos de muito esforço. Para que todos tenham calçado, para que todos tenham cobertores, para que todos tenham casa, necessitamos de trabalhar. Para que cada um tenha galeira, para que cada um tenha carro, necessitamos de tempo, meus irmãos. Por isso não exijam neste momento. Primeiro vamos trabalhar.

O segredo está na nossa inteligência, nas nossas mãos. A nossa mão em volta do volante do tractor, a nossa mão em volta da picareta, os nossos dedos em volta do cabo da pá. É aí onde vamos produzir comida para todos, para que as nossas crianças cresçam fortes. Para que as nossas crianças nasçam e vivam. Necessitamos de tempo, meus irmãos.

É por isso que o Zimbabwe pegou em armas e lutou. Querja isto. Isto que nós dizemos aqui, não é luxo. Mas os racistas dizem que não, «isto não é para o preto. O preto

gosta de comer mandioca, gosta de comer farinha de milho. Basta ter um cubículo para dormir ao lado dos cabritos e porcos...»

O Governo de Robert Mugabe tem este programa de liquidar a fome, de liquidar a nudez, de liquidar o desemprego, de liquidar a doença, vestir a todos e dar a educação necessária a todos. Este é o programa do Governo de Robert Mugabe.

Agora eu quero fazer apelo aos zimbabueanos para que tenham paciência. Ouvi várias vezes, lá de Maputo, que os zimbabueanos já reclamam, querem aumento de dinheiro e há muitas greves. Isso significa, meus irmãos, ajudar o nosso inimigo a destruir o vosso Governo. Quando plantamos uma mangueira, cuidamos essa mangueira e a mangueira leva cinco, seis anos para começar a produzir. Não é plantar e, no dia seguinte, colher. Mesmo o milho leva alguns meses. Agora, os meus irmãos do Zimbabwe querem tudo ao mesmo tempo. Consolidem a independência, em primeiro lugar. Defendam a vossa independência, em primeiro lugar. Conquistar o poder político para, depois do avanço, conquistar o poder económico. O poder económico constrói-se, não cai do céu, assim como a vossa independência não caiu do céu. A vossa independência exigiu paciência. Noventa e tal anos aqui de dominação directa, antes de vocês nascerem. Os vossos bisavós, os vossos avós, os vossos pais foram oprimidos, mas tiveram paciência, acumulando no nosso peito, no nosso coração, a certeza da vitória, um dia. Sempre levávamos a certeza da vitória no nosso andar, no nosso olhar. E a vitória já chegou. Não podemos brincar com a vitória que contém vidas e vidas, contém sangue dos melhores filhos do Zimbabwe, por causa de interesses mesquinhos, por causa de interesses secundários, que não servem para o nosso Povo do Zimbabwe mas servem, sim, para os nossos inimigos que nos querem destruir. Primeiro, crescemos, não é? Depois, arranjamos emprego, organizamos a casa, mobilamos a casa, garantimos o emprego e, depois começamos a procurar a noiva. É correcto ou não é? Era isto que eu queria transmitir. Obrigado, África. Obrigado, países da Linha da Frente. Obrigado todo o mundo, que nos ajudou: Europa, países nórdicos, em particular países socialistas. Nos países ocidentais, para as forças progressistas, para as forças democráticas, que souberam sempre estar ao lado da justiça, isolando aqueles que opri-

miam, aqueles que perpetuavam a injustiça. Obrigado continente da Ásia, em primeiro lugar, também, países socialistas e, em segundo lugar, países amantes da paz, da justiça, do desenvolvimento, do progresso. Obrigado continente latino-americano e, em última análise, quem suportou maior peso, que foi o Povo do Zimbabwe. Obrigado por esta vitória, Povo do Zimbabwe. De Unfali a Bulawayo, de Fort Victoria a Buffalo Range, a Victoria Falls, obrigado a todos aqueles que deram as suas preciosas vidas para que o Zimbabwe nascesse.

Eu sei que, aqui, estou a falar perante os sobreviventes. Vocês todos aqui são sobreviventes, sobreviventes desde o tempo da penetração do colonialismo britânico até ao aparecimento desta bandeira do Zimbabwe. Esta bandeira libertou a bandeira inglesa. Esta bandeira venceu a bandeira racista. Tem mérito. Venceu duas bandeiras.

Por isso, obrigado a todos. Nós transmitiremos a Moçambique este vosso calor, esta vossa simpatia, esta vossa amizade para com o Povo de Moçambique, esta grande solidariedade que vocês têm para com Moçambique, este amor que vocês têm com o nosso Povo. Nós não esqueceremos nunca o passado. Oigam bem. Não esqueceremos. Fomos oprimidos juntos, fomos massacrados juntos. O sangue do Povo do Zimbabwe está misturado com o sangue do Povo de Moçambique.

Na luta, estivemos juntos, lado a lado. Fome, sofremos juntos. Chuva, sofremos juntos. Frio, sofremos juntos, na floresta. Por isso, somos irmãos pelo passado, pelo presente e pelo futuro. Nós estaremos sempre ao lado do Zimbabwe. Sempre que estiver ameaçada a independência do Zimbabwe contem com o Povo de Moçambique. Inimigos da República do Zimbabwe são inimigos da RPM, República Popular de Moçambique. No passado, era o colonialismo, depois os racistas. Agora, o nosso inimigo comum é o subdesenvolvimento. Por isso, usemos de novo a nossa inteligência, a nossa força para vencermos o subdesenvolvimento. É essa mensagem que eu levarei para o meu Povo. E eu trago comigo todo o calor, toda a admiração do Povo de Moçambique para com o Povo do Zimbabwe. Povo maduro politicamente, que soube separar o joio do trigo, no momento preciso. Souberam utilizar as eleições, que o inimigo tinha intenção de manobrar para destruir a vossa vitória. Elege-

ram o vosso Governo. São vocês hoje no poder, através do vosso Primeiro-Ministro Robert Mugabe. Os traidores foram para o caixote de lixo da história. Deixá-los lá no caixote do lixo.

Obrigado pela grandiosa recepção, recepção histórica. A delegação de Moçambique sentiu-se em casa. Nós não somos estrangeiros no Zimbabwe. Só estamos em pontos diferentes. E transmitiremos esta disciplina que observamos aqui dentro deste Estádio. E esta disciplina é o resultado, é uma conquista da vossa luta. Continuem a manter esta disciplina e, assim, vocês vão liquidar os inimigos da vossa independência. Vão descobrindo aqueles que são espíões, que servem as forças exteriores. Kanimambo a todos.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-08 -09)

VOCÊS SÃO O NOSSO CONTINGENTE PARA A BATALHA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO

— Presidente Samora Machel dirigindo-se a um grupo de estudantes moçambicanos em Cuba

«Vocês são as nossas senetas. São o nosso contingente para a nossa batalha contra o subdesenvolvimento» — disse o Presidente Samora Machel no encontro que teve no passado dia 18 de Agosto com o grupo de estudantes moçambicanos em Cuba que esteve de férias na sua Pátria como prémio da dedicação e empenhamento no estudo.

Caracterizado por um vivo diálogo entre o Chefe de Estado e aqueles alunos, bem como os professores que os acompanhavam, o referido encontro permitiu a formulação e exposição de ideias fundamentais para o tempo que o nosso Povo hoje desenvolve destinada a vencer nesta década a batalha contra o subdesenvolvimento. Contudo, em relação particularmente aos estudantes e aos quadros afectos a todos os sectores, foram avançadas naquele rico diálogo ideias que constituem importantes directrizes para o trabalho de cada um.

«Cada um de nós nas suas tarefas não pode estagnar. Durante as aulas os professores estão a aprender também» — sublinhou o Presidente Samora Machel a determinado momento daquele diálogo para, de seguida, adiantar:

«Basicamente há duas formas de dar uma aula. Há uma forma autoritária e estática de transmitir os conhecimentos, que exprime o espírito de sabedoria. E há uma forma dialéctica de dar uma aula em que o professor, ao dar a aula, aprende. Aprende das perguntas dos alunos e aprende também a forma fácil de comunicar a forma de transmitir os seus conhecimentos. Aprende as dificuldades de compreensão que os alunos manifestam. Estas dificuldades são expressões das próprias insuficiências do professor.

Muitas afirmações que, como esta, constam valiosas e oportunas ensinamentos não só para os quadros de ensino, mas também de todos os sectores foram feitas naquele encontro. Por essa razão postamos a transcrever seguidamente aquela rica e profunda diálogo.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA —

Como estão? Quem são os professores?

(dirigindo-se a um dos professores)

Donde nos conhecemos?

PROFESSOR — Estive com Sua Excelência o Presidente da República no Congo em Dezembro de 1974.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — (indicando outro professor): — E você?

PROFESSOR — Sua Excelência viu-me em Cuba. Eu era responsável do Grupo Cultural que se exibiu quando Sua Excelência visitou a nossa escola.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — (dirigindo-se a um grupo de alunas): — Meninas, já falam e escrevem espanhol?

UMA MENINA — Falamos...

OUTRA MENINA — Mas escrevemos mais em português.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — O espanhol é uma língua muito eloquente, muito comunicativa. Quando os de língua espanhola falam, as pessoas entusiasmam-se, batem palmas, embora não compreendam a língua. Isto é devido à força que ela possui.

LIBERTAR A LINGUA

A língua portuguesa é fraca, não aquece com a mesma força. Só as ex-colónias, libertando-se, estão a modificar a língua, em particular Moçambique e Angola.

Estamos a enriquecer a língua portuguesa.

Temos uma grande audiência nas conferências internacionais, pela força que damos à língua portuguesa no conteúdo das nossas intervenções.

Ao fazermos da língua portuguesa uma língua de libertação nós introduzimos-lhe uma nova riqueza libertadora e comunicativa, uma nova dimensão universal.

A língua, quando é falada por um povo livre transforma-se. A língua espanhola, por exemplo, é diferente quando é falada pelo Presidente Fidel Castro e por um ditador fascista da América do Sul.

Uma língua viva e libertada comunica para além dos limites do significado de cada palavra. O português não deixava o aluno ter uma visão clara e global da vida. Ainda hoje lutamos contra essa herança.

A língua constituía instrumento para compartimentar o nosso conhecimento. Obrigavam-nos a decorar, amarravam-nos com as

regras rígidas da construção gramatical, limitavam e impediam até o nosso espírito inventivo, a nossa criatividade.

Se vocês concluírem o ensino secundário e, posteriormente, o ensino superior passarão a pensar também em espanhol e não só em português. E isso é uma coisa boa.

Vocês não podem subestimar a língua que vos oferece a visão do Mundo, os conhecimentos científicos, a explicação dos fenómenos. Se subestimarmos o meio de expressão, estamos a pôr obstáculos ao nosso conhecimento.

O PENSAMENTO É A LINGUA

O vosso pensamento, o pensamento de cada um de nós fica coxo quando não tem a possibilidade de se exprimir globalmente. Por isso, quando se estuda, é preciso estudar-se bem a língua na qual os conhecimentos nos são transmitidos. É preciso estudá-la a sério, é preciso estudá-la para a dominarmos integralmente.

O nosso pensamento, a nossa capacidade de pensar só ficam enriquecidos com isso.

Posso dar-vos um exemplo concreto do nosso País: temos alguns responsáveis que estudaram no estrangeiro, alguns em língua francesa, outros noutras línguas.

Por exemplo, o Camarada Marcelino dos Santos ainda hoje pensa, nalgumas situações, em francês. Quando ele se exprime, quando ele escreve, sentimos que o seu pensamento decorre em francês.

Os franceses não dizem a palavra «efectivamente», dizem «en effet». Os que estudaram em França muitos anos é raro dizerem «efectivamente», preferem dizer, «com efeito» e às vezes, até «em efeito».

Também dizemos «implementamos as nossas decisões» que vem da palavra inglesa «implementation».

Existem outros exemplos: Na FRELIMO diz-se «eu engajo-me», os portugueses dizem «eu enpenho-me».

Nós, após 1970 e o acordo que fizemos com Reggio Emilia em Itália, introduzimos na nossa linguagem na FRELIMO a expressão italiana «gemellaggio» que vem de «gêmeo». É uma expressão que não tem correspondente em língua portuguesa. «Gemellaggio» é um acordo em que as duas partes ficam como irmãs gêmeas. Por exemplo, se um acordo entre a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade de Bolonha fosse celebrado na perspectiva de um «gemellaggio», as duas Universidades ficariam irmãs.

É muito importante dominarmos duas ou três línguas e mesmo mais. Isso enriquece o nosso pensamento, liberta a nossa criatividade e a nossa capacidade de expressão. Conhecendo várias línguas, é possível, para nós, encontrar o vocabulário que corresponda exactamente à ideia que nós temos, à ideia que pretendemos transmitir.

Por isso é importante, extremamente útil estudar a literatura noutras línguas.

Nas vossas escolas deve haver competição sobre quem é que fala bem nos debates. É preciso treinarmo-nos a falar bem. Treinar a capacidade de cada um em debater, em discutir. É um exercício importante. É preciso saber debater, argumentar com raciocínio sólidos, com argumentos válidos, com lógica ter um raciocínio estruturado. É preciso exprimir-se com elegância, com beleza, com elegância. Isso traduz um pensamento rico.

APRENDER PARA COMUNICAR

A vossa tarefa não é só de estudar. Vocês devem debater os vossos problemas para não serem mediocres. Devem, porque estão ao serviço do Povo, aprender como comunicar.

Por vezes, é preciso repetir duas, três, quatro vezes a mesma ideia, enriquecendo o seu significado, aumentando o seu conteúdo, ilustrando-a, procurando sinónimos, até que essa expressão seja perfeitamente compreendida por quem ouve.

Vocês devem aprender a escrever bem, para dominar correctamente o vosso raciocínio, para o poderem transmitir através de documentos. Depois de escrever, devem ler várias vezes para apreciar e corrigir, para melhorar, para embelezar a forma como o documento está apresentado.

Devemos combater a preguiça mental. É um combate fundamental.

Quando falo convosco, sinto que estou aqui a falar com 2.331 alunos moçambicanos através de vocês.

Nós queremos alunos brilhantes, queremos alunos estudiosos, aplicados, esforçados. Queremos alunos com sentido do trabalho, alunos trabalhadores.

Mesmo os inteligentes precisam de se esforçar para aprenderem e poderem servir efectivamente o Povo. Mesmo os mais brilhantes precisam de sistematizar o seu estudo, o seu trabalho quotidiano, de o dirigir às massas populares e aos interesses da Revolução socialista.

Vocês devem ter consciência de que estão em Cuba para serem quadros da Revolução.

O desenvolvimento intelectual está ligado ao desenvolvimento da consciência. A ignorância, o analfabetismo sempre foram obstáculos ao desenvolvimento da consciência dos Povos.

Mas, para que vocês se transformem em quadros, para que vocês se transformem em cidadãos conscientes das tarefas nacionais, das tarefas da nossa Revolução socialista, das tarefas da vitória sobre o subdesenvolvimento, é preciso uma organização permanente. É preciso planificação permanente, é preciso cada um programar-se a si próprio, programar o seu próprio tempo, trabalhar cientificamente.

Para que é que nós necessitamos dos

conhecimentos que nos transmitem?

Que sociedade queremos construir com a ciência que aprendemos?

Bor isso, nas nossas escolas em Cuba temos também professores moçambicanos.

O professor oferece-nos bases para o nosso conhecimento mas não substitui o esforço individual.

Cada um de nós nas suas tarefas não pode estagnar. Durante as aulas os professores estão a aprender também. Basicamente há duas formas de dar uma aula. Há uma forma autoritária e estática de transmitir os conhecimentos, que exprime o espírito de sabe-tudo. E há uma forma dialéctica de dar uma aula em que o professor, ao dar a aula, aprende. Aprende das perguntas dos alunos e aprende também a forma fácil de comunicar, a forma de transmitir os seus conhecimentos. Aprende as dificuldades de compreensão que os alunos manifestam.

Estas dificuldades são expressão das próprias insuficiências do professor.

É preciso ser-se aplicado, principalmente quando se tem dificuldades, porque as coisas não se aprendem tal como os sons entram nos ouvidos.

A ESCOLA NOVA E A ESCOLA VELHA

Vocês têm sorte de estudar em Cuba. Sabem porquê?

UM ALUNO — Porquê, Senhor Presidente?

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Primeiro. Vocês estão em Cuba onde as escolas estão organizadas para formar quadros. Quadros para servir o povo e não para explorar o povo.

Nós éramos ensinados para explorar. A escola era uma fábrica de egoístas, de individualistas, de elitistas. A escola criava e cultivava complexos. Ensinavam-nos que devíamos estudar para «sermos alguém». «Ser alguém» significava distanciar-se o mais possível do povo. Ensinavam-nos que devíamos estudar para sermos «gente grande».

Do ponto de vista da realização os quadros produzidos eram medíocres.

Do ponto de vista político, eram nulos, agiam como simples instrumentos.

Do ponto de vista da análise, eram superficiais, agiam como imitadores.

Segundo. Vocês estão em Cuba nas escolas da FRELIMO. Apesar das dezenas de milhar de quilómetros que vos separam de Moçambique, vocês estão enraizados na nossa origem.

Vocês são educados para amarem a vossa Pátria, para servirem o vosso povo. Vocês são educados para conhecerem a própria história da Resistência, da dominação estrangeira, da exploração colonial, da libertação.

A escola colonial ensinava a ter vergonha

da própria origem, a esconder a profissão do pai. Ensinava a termos vergonha da nossa pobreza, de sermos filhos de pobres. Ensinava a ter vergonha se o pai era pedreiro, carpinteiro, alfaiate, mineiro, trabalhador das plantações, estivador, operário, camponês.

A escola colonial ensinava-nos a ter vergonha dos nossos pais, dos nossos pais que construíam a felicidade, o bem-estar, o progresso dos colonialistas. Em síntese, ensinavam-nos a ter vergonha da força imensa que produz a riqueza.

Éramos ensinados a admirar os exploradores e a desprezarmos os explorados. A primeira coisa que nos inculcavam eram os complexos, para prepararem o terreno para nos explorarem.

A escola colonial desenraizava-nos da nossa realidade.

Na história aprendíamos reis e dinastias de Portugal, aprendíamos a sua interacção na história da Europa e Mediterrâneo. Nada aprendíamos da história de África e da nossa zona.

Na geografia, sabíamos tudo de Portugal: rios, caminhos de ferro, divisão administrativa. Ensinavam-nos a orientação pela Estrela Polar. Aprendíamos que o Inverno era em Dezembro. Ensinavam-nos que nos campos há oliveiras e amendoeiras em flor e que aos porcos devemos dar bolota.

Tudo isto aprendíamos para vivermos em Moçambique, para aplicarmos em Moçambique.

Nas escolas da FRELIMO, em Cuba, ensinam-vos a não terem vergonha da vossa origem. A vossa escola ensina-vos a desenvolver a personalidade, a dignidade, o patriotismo e o amor ao povo.

Na escola, todas as disciplinas leccionadas estão relacionadas com a vida, as riquezas e os recursos do nosso País. O que vocês estudam será aplicado em Moçambique.

Vocês devem saber combinar o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Na escola, vocês vão à machamba. Assim começam a criar a vida.

A machamba que cultivam e o trabalho que lá realizam são laboratório onde se seleccionam e germinam as sementes das vossas ideias. As aulas e o estudo teórico são a estufa onde as ideias se nutrem e florescem. Na prática da vida as vossas ideias darão frutos e produzirão novas sementes. No terreno fértil da Revolução vocês voltarão a colher a inspiração de novas ideias que vos reforçarão como verdadeiros patriotas e combatentes ao serviço do povo.

Leia o documento «Produzir é Aprender» editado em Agosto de 1971? Abordava esta questão.

MATAR A PREGUIÇA

Terceiro. Vocês estão em Cuba para aprenderem a matar a preguiça. Porque combinam

trabalho manual e intelectual, há purificação das vossas ideias. As vossas ideias não podem ficar enferrujadas. A enxada que fere constantemente a terra está sempre a brilhar. Se enferruja a enxada que não produz.

Vocês não têm tempo para se tornarem parasitas e exploradores porque estão sempre em transformação.

É o que nós queremos.

O crime é o resultado da preguiça, o produto da preguiça, o produto de um sistema escolar desligado da vida e da prática. Não é por acaso que os ladrões, os assaltantes, os marginais desprezam o trabalho manual.

Temos que matar a mentalidade deixada pelos colonialistas no nosso País. Temos que matar a ignorância para matar a fome.

Temos que dominar a ciência.

A agricultura moderna é trabalho de um cientista. O analfabeto é empírico e rotineiro. Não sabe como se trata hoje, eficientemente, uma laranjeira. Não sabe fazer cruzamentos de sementes para uma produção elevada.

Nós queremos vir a ter agrónomos só para citrinos, capazes de calcularem quantos quilos de laranja pode produzir uma laranjeira. Quantos quilos deve ter um cacho de bananas? Neste momento, as nossas bananeiras só produzem 15 kg.

Em cada hectare, quantas toneladas de milho queremos produzir? Por causa da ignorância nós produzimos 500 kg por hectare, quando se pode produzir entre 8 a 10 toneladas.

Temos que planificar quantas toneladas de arroz, trigo, algodão, açúcar podemos produzir em cada hectare.

Na Índia, cada cajueiro produz 50 kg de castanha. Os nossos produzem 5 a 6 kg.

Temos que saber quantos hectares de maira, de feijão, de batata-doce, de batata-reno, de vegetais, queremos produzir. Temos que saber quantas toneladas por hectare podemos produzir para que nos seja possível fazer a planificação.

Temos que planificar quantos porcos queremos criar. Por isso temos que fazer a engorda, temos que saber quantos quilos deve ter um porco.

Para produzir a manteiga, margarina e queijo temos que saber quantos litros deve dar cada vaca. Só deste modo podemos planificar quantas vacas são necessárias para garantir o fornecimento desta fábrica de lactínios.

FORMAR QUADROS DA NAÇÃO

Quer o. Vocês estão em Cuba para se formarem como quadros e para virem formar quadros. Vocês devem tornar-se quadros programados, quadros planificadores, quadros científicos e técnicos, quadros políticos e revolucionários.

Precisamos de saber quantas barragens, quantas fôrnicas de tomate em calda necessitamos de construir.

Precisamos de cultivar milhares de hectares de algodão para vestir o povo, para exportar algodão, para exportar tecidos.

Tudo isto está intimamente interligado. O segredo está na escola.

Nós não temos quadros para formarem quadros moçambicanos.

Existe contradição entre o desejo, a vontade e as disponibilidades. Nós queremos formar quadros mas as nossas possibilidades escasseiam.

Não se produz um quadro tal e qual se produz alface ou cebola. O quadro não se forma como se amassa o pão. O quadro exige tempo.

Quinto. Vocês estão em Cuba para dominarem a ciência porque a ciência vai liquidar os valores conservadores, tradicionalistas, imobilistas.

Nas escolas onde vocês se encontram já está morto o tribalismo, o regionalismo, o racismo.

Em Cuba encontram-se alunos de todas as províncias. O primeiro grupo era composto por 1.200 alunos, 120 de cada província do nosso País.

O Partido FRELIMO e o Governo da República Popular de Moçambique determinaram que nenhuma província devia ser favorecida.

Foram dadas instruções para que os alunos viessem de todos os distritos e localidades, para que nas escolas moçambicanas, em Cuba, nasça também a nação moçambicana.

Por estas razões, vocês têm sorte de estudar em Cuba.

TRANSMITIR AS EXPERIÊNCIAS

Quando vocês regressarem à República Popular de Moçambique serão professores no exército, na polícia, na segurança, na agricultura, na indústria. Irão ensinar e formar operários e camponeses.

Vocês serão trabalhadores dedicados à causa da Revolução, da Pátria, do Socialismo.

Nem todos poderão ir a Cuba como vocês.

Quando começámos a guerra de libertação éramos 250. Agora não sei quem é que não é das FPLM!

A FRELIMO, quando se formou, mandou-nos treinar na Argélia e depois nos países socialistas.

Quando regressámos do exterior, abrimos um campo de treino a fim de transmitir os nossos conhecimentos aos outros.

Vocês, quando regressarem, deverão saber como matar a fome, a nudez, a falta de habitação.

Vocês terão que planificar como alojar o povo. O povo deve ter a sua casa, deve andar bem vestido, deve ter sapatos de boa qualidade, deve ter boa comida.

Por conseguinte, vocês devem aprender.

Não podem brincar.

Cada um deve transformar-se numa semente que vai dar a nova árvore que produzirá muitos frutos. Uma semente de tomate produz muitos quilos de tomate por ano, durante vários anos. Um caroço de manga gera a mangueira que produz dezenas de mangas por ano, durante muitos anos. Um só grão está na origem das maçarocas que anualmente um pé de milho produz.

Nós fomos as sementes da luta quando começámos a guerra de libertação. Transmitimos os nossos conhecimentos, pusemos ao serviço do povo o que tínhamos aprendido no exterior. Hoje somos 13 milhões de moçambicanos livres.

Vocês são as nossas sementes. São o nosso contingente para a nossa batalha contra o subdesenvolvimento.

Nós, quando voltámos do exterior, tivemos fortes discussões sobre como compatibilizarmos os nossos conhecimentos.

Vocês encontram-se juntos. Voltarão à Pátria com um conhecimento comum, com um conhecimento moçambicano, adquirido em escolas moçambicanas.

Há muito para construir em Moçambique. Temos que construir a carboquímica e a petroquímica para aproveitarmos o gás que possuímos. Temos que construir a siderurgia e a coquearia com a energia, o ferro e o carvão que possuímos. Temos que construir fábricas têxteis, fábricas de produtos alimentares, fábricas de tractores e camiões, fábricas para o aproveitamento integral das madeiras, da cana-de-açúcar, do algodão, do caju.

Necessitamos de quadros altamente qualificados: de economistas, de químicos, de físicos, de sociólogos, de electrotécnicos, de engenheiros, de matemáticos, de médicos, de historiadores, de agrónomos, de professores, de jornalistas.

A riqueza do nosso País está adormecida. O que deixou o colonialismo?

A grande herança e a civilização deixada pelo colonialismo é a ignorância. Quadros formados na ignorância e por ignorantes. Ignorantes que nos faziam mergulhar na sombra do obscurantismo, da superstição. Ignorantes que assassinavam as nossas inteligências, as nossas capacidades, o nosso espírito criador.

Que incutiam em nós o fatalismo de seres inferiores, de subdesenvolvidos, para que fossemos os agentes da perpetuação do subdesenvolvimento. Que formavam os seus quadros para estes formarem quadros ignorantes. Quadros que alimentariam, desenvolveriam, administrariam a ignorância. Quadros que seriam os gestores da ignorância.

Mas nós queremos que a intelectualidade de cada um, de todos, se transforme numa força imensa cultural, científica e material.

É isto que devem fazer.

Vocês devem ser o baluarte da unidade nacional. Vocês são os nossos embaixadores.

Através de vocês se conhece a nossa disciplina, o nosso trabalho, a nossa personalidade nacional, a nossa determinação revolucionária, o Povo moçambicano.

Por isso vocês vieram de todos os distritos, de todas as Províncias. Lá nas vossas escolas não há tribos nem há raças. Há moçambicanos.

Há a força de combate, o exemplo de educação para os racistas.

EXEMPLO DE INTERNACIONALISMO

A República de Cuba é um exemplo para todos vós. É um país de poucos recursos naturais, sujeito ao bloqueio imperialista, em luta contra as sequelas do subdesenvolvimento. Mas é um país rico de valores culturais, de gloriosa tradição de luta.

Devido ao seu engajamento revolucionário, à sua identificação profunda com a luta dos povos oprimidos, à sua coerência internacionalista, o povo de Cuba concedeu as bolsas e criou as condições para vocês lá irem estudar. As bolsas que nos foram concedidas pelo Povo cubano constituem uma contribuição inestimável para a consolidação e desenvolvimento da Revolução Socialista no nosso País.

Devem aprender o valor da solidariedade. Devem assumir o exemplo do internacionalismo militante. Porque vocês são o símbolo da solidariedade, são o símbolo da dimensão universal da Revolução.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-08-31)

